

UFBA | 70 ANOS
COLEÇÃO

Notícia Histórica da Universidade da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Departamento Cultural da Reitoria



The background features a classical statue of a woman's head and shoulders on the left, partially obscured by large, white, stylized floral cutouts. The right side of the page is dominated by large, light gray, stylized floral and leaf patterns. The overall aesthetic is elegant and historical.

***Notícia Histórica
da Universidade
da Bahia***

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo César Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Departamento Cultural da Reitoria

COLEÇÃO UFBA 70 ANOS

N***otícia Histórica***
da Universidade
da Bahia

2^a EDIÇÃO

Salvador
EDUFBA
2016

2016, Universidade Federal da Bahia.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Gabriel Cayres

Capa
Amanda Lauton Carrilho e Gabriel Cayres

Digitação
Claudiane Andrade

Revisão
Tainá Amado

Ficha Catalográfica: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/a

U58 Universidade Federal da Bahia. Departamento Cultural da Reitoria
Notícia histórica da Universidade da Bahia / Universidade Federal da
Bahia, Departamento Cultural da Reitoria. – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2016.
98 p. ; 16x23 cm. – (Coleção UFBA 70 Anos)

ISBN: 978-85-232-1448-7

1. Universidade Federal da Bahia - História. 2. Universidades e
faculdades - Bahia - História. I. Título. II. Série.

CDU: 378.4(813.8)
CDD: 378.4

EDITORA FILIADA À



Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n - Campus de Ondina
40170-115 - Salvador - Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

*Emende e acrescente quem souber,
e aprenda quem não souber, e todos
deem glória ao Senhor*

Filipe Nunes (A arte da pintura, 1612)

sumário

- 9 •👉 Apresentação – João Carlos Salles
- 11 •👉 Regíſtro prévio
- 13 •👉 CAPÍTULO 1
A colônia e os estudos superiores na Bahia (1549-1808)
- 19 •👉 CAPÍTULO 2
Os estudos superiores no Brasil entre 1808 e 1888
- 29 •👉 CAPÍTULO 3
Mais faculdades na Bahia: Primeira República
(1889-1930)
- 39 •👉 CAPÍTULO 4
A formação das ideias para criação das universidades
e a Bahia (1930-1945)
- 45 •👉 CAPÍTULO 5
Universidade da Bahia: da criação à federalização
(1946-1950)
- 55 •👉 CAPÍTULO 6
A perspectiva de concentração no Canela (1951-1955)
- 65 •👉 CAPÍTULO 7
Escolas de arte, novas escolas, institutos de extensão,
sedes novas, o parque universitário: expansão
(1956-1961)
- 85 •👉 CAPÍTULO 8
Interesse por uma universidade nova (1961-1966)
- 95 •👉 Bibliografia

apresentação¹

João Carlos Salles

9
*

A *Notícia Histórica da Universidade da Bahia* foi publicada pelo Departamento Cultural da UFBA, por ocasião do 20º aniversário da nossa Universidade, em 1966. Escrita com carinho e zelo acadêmico, mostra fino sentido da nossa história e da sociedade, de sorte que sabe bem avaliar o papel de uma Universidade, o desafio original de criá-la e o esforço continuado, como conclui o autor, para manter-se fiel às finalidades elevadas por que nela se podem fundir passado e futuro da Bahia.

Sua moldura: os quase quatrocentos anos de vãs tentativas de implantação de uma Universidade na Bahia. Recolhe assim informações preciosas sobre essa luta e sobre cada um dos passos dados nessa direção, visitando autores que lhe traçam a trajetória. Feita a moldura, passa a descrever em detalhe os anos de implantação do ousado projeto, a fase de instalação, os anos de agrupamento, o processo de federalização, costurando as perspectivas diferenciadas de cada área de saber e o desafio de inteireza que a própria instituição exige.

A clareza e o preciosismo do estilo, a busca constante por informações precisas, bem como a consciência do contexto em que cada informação vai sendo dada, transformam a *Notícia Histórica* em importante investimento interpretativo de nossas duas primeiras décadas, tendo ela sido, aliás, utilizada inúmeras vezes por autores de teses e dissertações que se debruçam sobre questões do período.

A publicação é, entretanto, apresentada sem indicação de autoria, como se fora uma compilação promovida sob os auspícios do Departamento Cultural, que logo veio a ser dividido em sua estrutura original. Mesmo sem comprovação definitiva, a memória poderosa de Roberto Santos e a de Edivaldo Boaventura sugerem-nos,

contudo, uma autoria. O texto teria sido redigido por David Salles, jovem e talentoso professor, que veio a falecer em 1986, aos 48 anos.

Com efeito, o texto transpira boa prosa baiana. Um tanto datada no vocabulário e na estrutura, é verdade, mas vigorosa nas ideias — traços próprios do estilo de David Salles, de quem já se disse não buscar ser original, mesmo o sendo com frequência. A *Notícia Histórica* é cuidadosa com as fontes, reflexiva ao reconhecer limites, cautelosa por suas lacunas, mas estimulante e bem escrita, em conformidade com o perfil do provável autor, de quem a lenda familiar conserva ainda a personalidade complexa e o indiscutível brilho.

Ao celebrarmos agora 70 anos, importa recuperar gestos finos de reflexão que tecem e avivam os elos de nossa história, reeditando documentos como esta *Notícia Histórica*. Afinal, é tempo, mais uma vez, de garimpo e colheita, de cuidar da memória e de corrigir erros, atualizando as boas promessas e os mais ousados sonhos.

Nota do editor

Para esta edição foi preservada a estrutura e a forma original do livro, publicado em 1967, atualizando apenas a ortografia conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

registro prévio

11
*

A presente *Notícia histórica da Universidade da Bahia* resulta de uma pesquisa e compilação promovida sob os auspícios do Departamento Cultural da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sem intenção de abranger todo o assunto, mas com interesse em conseguir, tanto quanto possível, uma primeira visão global da evolução histórica que permitiu à Bahia de nossos dias possuir uma instituição de estudos superiores das mais laboriosas e prestigiadas do país.

Não se tratando de um estudo monográfico, houve certa liberalidade na maneira de um estudo monográfico e na maneira de usar as fontes históricas, especialmente (e, sobretudo na primeira parte, anterior a 1946) das obras chamadas, na bibliografia, de “referências básicas” – *A cultura brasileira*, de Fernando Azevedo; *A educação no Brasil*, de Roberto Moreira; *Raízes históricas da Universidade da Bahia*, de Alberto Silva; e a edição comemorativa do quarto centenário da cidade do Salvador, da *Revista fiscal da Bahia*. Destas, como de outras obras consultadas, quase que se fez, muitas vezes, a transcrição de trechos de onde eram extraídos os dados necessários, sem a preocupação de citar, continuamente, a fonte. Porém, vale ressaltar neste registro: tal liberalidade foi apenas usada quando eles representavam simples dados históricos. Toda vez que as informações, daqueles ou de outras obras, continham pontos de vista pessoais, houve o cuidado de fazer referência explícita a seu autor.

Facilmente se compreenderá que, mesmo dentro dos limites em que se coloca, este relato não é completo; ao contrário, é uma nebulosa primeira visão de conjunto, que provoca a atenção e a interpretação de muitos aspectos mal entrevistos e o preenchimento de lacunas. Somente assim haverá a imagem analítica e verdadeira, ou, em outras palavras, a história da Universidade da Bahia.

Salvador, abril de 1966

capítulo 1

A colônia e os estudos superiores da Bahia (1549 – 1808)

Introdução

Aos primeiros colonos que pisaram, o Brasil interessava essencialmente na busca de riquezas. Diferindo dos moldes de colonização da América do Norte, não traziam o pensamento de que aqui se estabeleceram e promoveram o progresso – a exploração da terra era feita pelo sistema de ensaio e erro, sem instrumentos ou qualquer tecnologia; pouco ou nada se cuidou de escola ou de graduação. Mesmo com a chegada à Bahia do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, em março de 1549, e com ele os primeiros padres jesuítas, a educação adquiriu apenas relativo significado na preocupação colonizadora, por intermédio da catequese. E só então a primeira escola elementar foi aberta no Brasil, seguida de algumas outras, onde se “ensinava a ler, a escrever e a contar” aos índios, havendo, ainda, certa frequência de mestiços e brancos.

Mais tarde – 1551 –, em local escolhido pelo Padre Nóbrega, é criado o Colégio do Terreiro de Jesus, que, em atenção a uma dotação

régia, mandando que fosse ele “ao modo de Lisboa”, vem a se tornar a principal escola, após 1556, possuindo os chamados “cursos elevados”. Já em 1573, tempo em que se formavam os primeiros bacharéis em Artes, estava o Colégio estabilizado e contava com 120 alunos – 50 deles nos cursos elevados. Quatorze anos depois eram 96 os alunos em tais cursos. Note-se não haver ainda a Companhia de Jesus formulando seu plano educacional – o *Ratio Studiorum*. O Padre Nóbrega, entretanto, sob influência da universidade medieval, chegou a tentar o esboço de um sistema educacional, abrangendo desde a escola elementar até o colégio de estudos humanísticos, filosóficos e teológicos.

14
*

Colégio dos Jesuítas, universidade sub-reptícia

Surge em 1586 o rígido *Ratio Studiorum* e em 1599 é posto para execução. Poder-se-ia dizer que até antes, seguindo as ideias de Nóbrega, o Real Colégio da Bahia, sempre conhecido como o Colégio do Terreiro de Jesus, praticava o “ensino universitário” – à moda da época, obviamente, com o curso de Artes, Filosofia e Letras. Mas instituído o *Ratio Studiorum*, dedicava-se o Colégio ao seu cumprimento, colocando em plano inferior a missão catequética. Na virada do século contavam com 12 professores, alguns deles graduados e “capazes de ensinar Teologia, Artes e Humanidades em qualquer parte do mundo”, de acordo com um cronista da época.

O plano do *Ratio Studiorum*, destinado ao ensino das Letras e das Artes, tinha como objetivo principal preparar, nos colégios jesuítas, clérigos, para (inclusive) a nova colônia lusa. No entanto, o interesse das famílias ricas de imitar a vida lisboeta levou-as a encontrar nos estudos humanísticos um dote que qualquer jovem rico deveria possuir se aspirasse a uma posição de relevo ou a um cargo de destaque na administração pública. Consequentemente, tal instrução ou cultura literária veio a se tornar, no Brasil, uma distinção de classe daqueles que constituíam a nossa sociedade aristocrata rural, então em formação e fundamentada nas propriedades pastorais, nas da cana-de-açúcar ou nos engenhos de açúcar. Essa procura dos colégios jesuítas, pela aristocracia rural brasileira, os fez prosperar a tal ponto que, à parte de serem praticamente as únicas escolas que o Brasil possuía durante quase três séculos de vida colonial, atingiram o número de 17 colégios e seminários, todos

obedecendo ao *Ratio Studiorum*. Certo é também que, ao lado do similar no Rio de Janeiro, o Colégio dos Jesuítas da Bahia era o mais importante, possibilitando um curso completo de humanidades e ciências sagradas. Nele, veio a estudar o Pe. Antônio Vieira, de ação tão pronunciada em nossa sociedade colonial.

Ainda que limitado pelas solicitações do meio colonial, era o ensino do Colégio do Terreiro de Jesus uma espécie de Universidade sub-reptícia, pois a metrópole – bem como a proteção papal de Roma – jamais transigiu, por motivos políticos, como adiante veremos, no sentido de permitir que sua colônia americana viesse a ter uma universidade. Por mais de um século, o Colégio dos Jesuítas distribuiu, em cerimônias imponentes, insígnias e diplomas acadêmicos e, no dizer de Pedro Calmon, “no apogeu dos estudos, sem o nome de Universidade, era-o, entretanto, praticamente, com quatro faculdades superiores”. No estudo das humanidades, particularizavam-se as Letras Clássicas, Matemática, História e Geografia. Às cerimônias de graduação, faustosas e realizadas na igreja do colégio, compareciam o governador-geral, o bispo e demais autoridades, além de quase toda a população da cidade; obedecendo, à risca, o protocolo da Universidade de Évora, em Portugal, essas solenidades de graduação incluíam a entrega do anel simbólico, o livro de juramento e capelo azul. Ademais, o Colégio do Terreiro – atesta-o Serafim Leite –, “sendo centro de estudo, de piedade e de folguedo, foi também uma escola de patriotismo, pois em seu pátio se organizou, em 1638, contra os holandeses, a primeira Companhia de Estudantes que aparece na História do Brasil com caráter oficial”. A biblioteca do Colégio, por muito tempo a maior do Brasil, possuía em 1649 cerca de 3 mil livros “de todo o gênero de escritores que se podem desejar, e se renova e guarda por um diligente e hábil livreiro”. Um deles, aliás, o próprio Pe. Antônio Vieira.

Desejaram e requereram os jesuítas que o colégio do Terreiro se transformasse em universidade. Tal pretensão, a rigor, manteve-se desde 1583 até a expulsão daqueles religiosos do Brasil, em 1759. Era em vão. Não tinha a metrópole o menor interesse em oficializar no Brasil uma universidade. Lisboa e Roma jamais permitiram, por motivos sempre políticos, a criação de um centro universitário entre nós. Observa Alberto Silva, enfaticamente: “O Reino foi incansável em sufocar com mão de ferro todos os surtos nativistas em sua colônia sul-americana. Foi ainda impiedoso em contrariar

todas as solicitações para a criação de uma Universidade no Brasil. Finalmente, inflexível em negar qualquer concessão que redundasse em parcela, por mínima que fosse de autonomia política, econômica e espiritual”.

Ao lado dos inacianos, desde fins do século XVI foram constantes os ofícios, representações e requisições da Câmara Municipal baiana para a criação de uma universidade. Sem êxito. Apesar dessa insistência da Câmara Municipal – a qual nunca deixou morrer seu intento –, somente com vinda da Família Real, em 1808, algo pôde ser conseguido. Não a universidade, que ainda após esse acontecimento era negada, deixando sem resposta à pergunta que Gabriel Soares de Souza fizera lá atrás, em 1584: “se Portugal antes não havia mais que a Universidade de Coimbra, por que não bastará a da Bahia para todo o Estado [do Brasil]”?

16
*

Brasileiros diplomados na Europa

Através de 150 alunos de pedidos e esperas, de esperanças e desilusões, a Câmara Municipal e os jesuítas nada conseguiram, além de pequenas concessões, de extensão quase irrelevante: foi obtido, por uma provisão de 1675, que se levasse em conta na Universidade de Coimbra um ano de Artes em favor dos alunos de Filosofia e Retórica do Colégio da Bahia; igualmente, alguns anos depois, essa regalia foi dada com relação aos cursos de Filosofia e Lógicos coimbrãos.

Dos jovens brasileiros que, nos três séculos coloniais – especialmente o século XVIII –, iam estudar na Europa, a maior parte se destinava a Coimbra, outros a Montpellier e Paris, e mais raros para a Alemanha e Inglaterra, onde se formavam, aos 20 anos ou pouco mais, em Filosofia, Medicina e, mormente, Direito. Do Norte – em Pernambuco e da Bahia – é que partiram em maior número, devido à então próspera cultura da cana de açúcar; tempos depois, com o ciclo do ouro, nasceu um novo centro de letrados: a Vila Rica. Em consequência, foram a Bahia, o Recife e Vila Rica os maiores centros da vida colonial da colônia.

Que os letrados nas humanidades clássicas dominaram o reduzido saber colonial, à falta de outros graduados, é o que quase se conclui da alusão de Fernando de Azevedo à prática médica: “No primeiro, e em parte do segundo século, do período colonial não conheceram os colonos, e sobretudo os índios, outros físicos”, a não serem os

jesuítas, que, não tendo por profissão a Medicina, como escreve Serafim Leite, “tinham força de manter-se dentro da terapêutica empírica e duma profilaxia rudimentar”. Até mesmo nos fins do século XVIII pedia o vice-rei providências à metrópole, “por haver na terra apenas quatro médicos, insuficientes como número e como préstimo.” Gilberto Freyre, em *Sobrados e mocambos*, averigua sobre os primórdios da Medicina no Brasil e confere precisamente à Bahia, ainda na época colonial, a posição de aí desenvolver-se o primeiro centro de cultura médica no Brasil, em virtude da afluência a Salvador, desde o século XVIII, “dos maranos peritos na arte de tratar os doentes.” De qualquer modo, não há como negar que os únicos centros que os raros brasileiros desejosos de seguir a profissão médica, antes da vinda de D. João VI para o Brasil, eram em Montpellier, Paris e Coimbra. É, portanto, com a instalação dos cursos médico-cirúrgicos na Bahia, em 1808, que a situação da Medicina teria alguma alteração, depois de três séculos de condição colonial.

17
*

O período pombalino

Não se caracteriza a educação do *Ratio Studiorum* como popular, e sim das classes dirigentes. Em decorrência dessa diretriz, quando, em 1795, o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do Reino, um dos “déspotas esclarecidos” da época das luzes, expulsou, por motivos políticos, os jesuítas do Brasil, não provocou – explica J. Roberto Moreira – “uma Hecatombe no sistema educacional brasileiro, pela simples razão de que esse sistema não existia para o povo”. Ocorreu, sim, uma tentativa de Pombal de, pela primeira vez, organizar em Portugal e na sua colônia um sistema educacional que, se não foi planejado com suficiente realismo para obter êxito, tentava atingir uma parte mais substancial do povo, pelo menos no que diz respeito às primeiras letras. Todavia, não foram previstos os óbices culturais, econômicos e políticos que se aporiam a tal obra, numa época em que a colônia tinha, nos colégios que desapareciam, o pouco da cultura intelectual de que dispunha. Daí sobreveio na expressão de Fernando de Azevedo: “entre a expulsão dos jesuítas e a transplantação da Corte portuguesa para o Brasil, um parêntese de quase meio século, um largo hiato que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial”.

Salva-se alguma coisa. Um primeiro grande passo nesse sentido de construir algo de novo e diferente da educação jesuítica – de humanidades clássicas e sem intuítos profissionais – talvez tenha sido a criação do Seminário de Olinda pelo Bispo Azeredo Coutinho, formado em Portugal e incidentemente imbuído do fluxo de ideias pombalinas, elas próprias um reflexo do enciclopedismo francês. Nesse caso, ao lado das matérias do currículo tradicional dos colégios – a gramática, o latim, a retórica, a poética, a filosofia e a teologia –, figuravam o grego, o francês, a história natural e o desenho. O resultado veio a ser a irradiação, do seminário de Olinda, das ideias liberais que se espalharam por todo Brasil na formação de clérigos e bacharéis leigos.

18
*

Acontece, então, em meio a esse forçado obscurantismo quase total – frente a patentes sinais de insatisfação, como Bahia –, o inesperado! Seria fruto, ironicamente, da própria época das luzes e das ideias liberais o ímpeto imperialista de Napoleão, que nos trouxe, pelas circunstâncias da força, as mudanças que, mais cedo ou mais tarde, a colônia lusa teria de começar a sofrer nas suas instituições culturais. Dez anos depois do movimento sufocado na Bahia, nela chega D. João VI e sua Corte, escapando da invasão napoleônica, para manter no Brasil a sede do Reino. Motivos políticos... O ano de 1808 abre, com efeito, as mais amplas perspectivas para os estudos superiores na Bahia.

Nota

A posição do Reino e de Roma, no sentido de jamais permitirem a elevação do colégio do Terreiro de Jesus à categoria de Universidade, está provada, à exaustão, mediante documentos datados através de mais de 150 anos, entre os séculos XVI e XVIII, no estudo de Alberto Silva, *Raízes históricas da Universidade da Bahia*.

capítulo 2

Os estudos superiores no Brasil entre 1808–1888

Evolução geral no país

João VI e a Bahia

Pouco depois de chegado ao Brasil e obrigado a uma rápida criação de meios que permitissem à Corte sua instalação, defronta-se D. João VI com a necessidade de imediato estabelecimento de condições culturais e tecnológicas, as quais, até então, o Brasil não pudera ou fora forçado a não dispor. Já em 1808, com caráter objetivo, o Monarca-Regente cria os cursos de Cirurgia, Anatomia e Medicina na Bahia, os quais viriam a ser o conjunto da primeira Faculdade de Medicina do Brasil. É óbvio, e sem eufemismo, o diz Fernando de Azevedo, que esses cursos não alteram “sensivelmente a situação” de penúria médica da colônia aludida anteriormente. Não é preciso minimizar, porém, como esclarece ainda Azevedo, que “quase toda obra escolar de D. João VI, implica pelo cuidado da utilidade prática e imediata, foi uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial”. Entre os exemplos desse trabalho, em nível de cultura que se possa considerar elevada, deve-se citar a vinda da Missão

Francesa (da qual Debret fazia parte), a criação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional etc.

A Bahia permanece como centro científico e cultural com vida própria, como nos tempos do colégio do Terreiro de Jesus. A ideia de uma universidade baiana não morrera, mesmo frustrada por três séculos de colônia.

Um ano após a chegada de D. João VI, a Câmara Municipal volta à carga, dirigindo-se à “augusta presença” para solicitar-lhe a criação de uma “universidade literária” na capital baiana. E informando, ainda, já haver, “para princípio de seu fundo e rendimento”, uma subscrição de modo a suprir “as despesas da dita Universidade sem se defraudarem as rendas do Estado”, acrescenta existir na cidade “toda comodidade para uma Universidade, que até poderia muito bem subsistir, ainda sendo feita a despesa pelos alunos que a ela concorressem”. A petição, que não foi atendida, data de 10 de outubro de 1809. Incompreensível! O silêncio desanimador de D. João VI se esquecia de que esse pedido representava a renovação daquela perseverança da época colonial e não algo de novo e demasiado para a comunidade requerente. Havia, porém, um fato claro e simples: foram Roma e Lisboa que antes se esquivaram, por motivos políticos; agora, com a instalação da sede do Reino no Rio de Janeiro, o desinteresse pela elevação das condições na antiga capital situava-se no próprio Brasil, isto é, na sede da Corte.

Ainda em pleno movimento libertador (1822), a Câmara de Santo Amaro requeria na Alta de Independência datada de 14 de junho: “que se funde quanto antes uma universidade em um lugar que mais conveniente for”. Sobrevinda a Independência política, o problema da criação de Universidade no Brasil (de uma a três, neste caso uma na Bahia) gera na Assembleia Constituinte, em agosto de 1823, uma discussão acirrada, e um deputado, defendendo-a, observa ter a Bahia “na Universidade de Coimbra mais estudantes que nenhuma outra província”. Mas os ânimos serenam e o projeto de ao menos uma Universidade cai no descaso. E logo no esquecimento.

Linhas gerais da educação superior no Império brasileiro

Não cabe aqui a ilusão de que a autonomia política mudou na essência o quadro educacional brasileiro: falta de pessoal docente, de meios para a sua formação e mesmo falta de interesse por parte de

quem podia estudar configuram o Primeiro Império e grande parte do outro, de Pedro II, como sendo cheios de intenções na organização de um sistema popular, mas carentes, por seu turno, de maior consequência prática, em especial quanto aos estudos superiores. Havia falta total de especialistas em educação para planejar e pôr em execução um sistema capaz de atender às necessidades brasileiras. Coimbra e França permaneciam os centros de formação de graduandos brasileiros, ademais da realidade insofismável de que a escravatura negra – base de trabalho da produção nacional – favorecia à minoritária aristocracia rural para contrariar, por conseguinte, qualquer plano e qualquer desenvolvimento tecnológico e cultural mais acelerado.

21
*

Naquilo que se refere ao ensino médico, é em 1826 que se manifestam os primeiros resultados sensíveis da instalação de cursos médicos, uma vez que as duas academias médicas existentes – a baiana e outra no Rio – são autorizadas a expedir cartas de cirurgia. Por fim, em 1832, a Medicina atinge foros de maturidade no Brasil, pois agora são transformados os colégios médico-cirúrgicos em Faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, modeladas pela de Paris, atingindo a profissão de clínico, daí por diante notável posição nos quadros profissionais e tendo início um período de atividades mais fecundadas no campo do ensino médico. As duas cidades tornaram-se focos mais vivos da cultura europeia, não só a de caráter técnico, ligado à medicina, mas, por seu intermédio, a das ciências naturais que residem à base da profissão.

Malgrado tudo, permanece a tradição bacharelesca, mesmo que, em detrimento de si própria, ela auxilie na formação de certos quadros profissionais. É nessa perspectiva que deve ser salientada a Lei de 11 de agosto de 1827, criando os cursos jurídicos, um no Recife e outro em São Paulo, ambos instalados no princípio de 1828. Tais cursos – seguimos mais uma vez o pensamento de J. Roberto Moreira – “tiveram grande importância na formação das elites políticas e da mentalidade jurídica do Império; foram, além disso, centros de irradiação das novas ideias filosóficas, dos movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à mentalidade da época; foram mais que escola de formação de advogados, verdadeiras faculdades de filosofia, ciências e letras”.

Se compararmos os progressos nesses domínios de atividade – as ideias e as letras – com os progressos nos campos das ciências, o

que fica no confronto, estabelecido na mais superficial das análises, “é uma ideia desconcertante de desproporção”, como diz Fernando de Azevedo, acrescentando que “o desenvolvimento científico a rigor começou a processar-se somente no século XIX, quase adstrito ao mundo das ciências naturais e com extrema lentidão”. Bem após a instalação da Corte portuguesa no Brasil é que se iniciou, verdadeiramente, a história de nossa cultura científica.

Pior ocorreu no que diz respeito à engenharia. O aspecto inicial (inicial, compreenda-se, significa anos depois da Independência política) foi de insignificância. As vicissitudes por quais passou a preparação para a Engenharia Civil, reduzida aos cursos de engenheiros topógrafos, desde 1810, e de pontes e calçadas, em 1832, e ligada aos cursos de oficiais e engenheiros militares, até a criação, em 1858, da Escola Central, em que se transformou a Escola Militar e que foi a única no gênero no Brasil até 1876, mostram como, no Brasil, custou a desenvolver-se e a adquirir relevo e autonomia a profissão de engenheiros civis. Relevo porque aqueles que gozavam do prestígio eram quase todos estrangeiros contratados; autonomia porque as construções militares tornavam-lhes meros auxiliares para o levantamento de fortificações e conselheiros nas estratégias de guerra.

Quanto às artes, a condição de capital do Império favoreceu ao Rio de Janeiro, que logo se avultou como o principal foco de irradiação artística após as grandes manifestações coloniais no Nordeste, na Bahia e nas cidades mineiras, Vila Rica em especial. O Rio se tornou o principal centro artístico, com a sólida Escola de Belas Artes; no entanto, as velhas cidades do Norte – Belém e Recife, por exemplo – continuavam núcleos de artistas, bem como a Bahia – cuja escola de pintura (a chamada “escola baiana”), com características próprias e remontando aos fins do século XVIII, produziu figuras de valor. Foi a Bahia capaz de, como centro acanhado imposto menos pelas tradições do que pelas convenções, fazer surgir, por iniciativa particular, uma Academia de Belas Artes, em 1877. Nela, artistas e amadores buscaram prosseguir a sua obra quase sem estímulos.

Projetos de universidade

O frutuoso e, por assim dizer, perene reinado de Pedro II entra em sua última década. Por duas vezes, nele, a Corte se empolgara com a perspectiva da criação de uma universidade no Rio de Janeiro

– 1840 e 1870. Dado que era às Ciências e às Letras, apesar dessa vocação, o Imperador não se interessara pelo assunto. Mas em 1882, surgiu na Câmara o projeto de uma “Imperial Universidade Pedro II”, abarcando seis faculdades (Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, Medicina, Direito, Letras e Teologia). Pelo projeto, as faculdades existentes no país seriam centralizadas em uma sede no Rio de Janeiro. A Faculdade de Medicina da Bahia repele essa concentração num parecer elaborado pelo prof. Pacífico Pereira, que diz, entre outras assertivas: “a Universidade deve ser um centro de irradiação e não de absorção”; e adiante: “Neste projeto as Faculdades das Províncias corriam o risco de ser assimiladas pela Universidade [...]. A situação geográfica da Capital, a extensão territorial e a disseminação de sua população protestam contra a centralização do ensino superior e o futuro e a integridade do Império exigem que se desenvolvam os centros de instrução nas diferentes províncias”. O parecer ficou irresponsável, e o projeto centralizador morreu no nascedouro.

Sem universidade permaneceu o país até o canto de cisne do monarca, em sua “Fala do Trono” de maio de 1889. Com efeito, D. Pedro II deter-se-ia particularmente nos problemas educacionais, advogando a criação de um Ministério da Instituição, a fundação de escolas técnicas adaptada às condições e conveniências locais, a criação de duas universidades – uma no Norte e outra no Sul – e faculdades de Ciências e Letras em várias províncias. Parecia a véspera de uma grande mudança. E foi... Do regime político, para depois pensar-se em instrução. Terminado o Império, a vastidão brasileira possuía apenas como centros de superiores mercedores de destaque as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio; as faculdades de Direito do Recife e de São Paulo; a Escola de Engenharia, a Biblioteca Nacional e o Observatório Astronômico, todos no Rio; e talvez as escolas de Belas Artes carioca e baiana. Nascia a República e também outras esperanças de uma Universidade na Bahia. Seria possível agora?

As escolas baianas e a projeção da Faculdade de Medicina

Os cursos médico-cirúrgicos

A ordem régia fundadora do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, em 1808, originou-se da sugestão feita pelo Dr. José Garcia Picanço,

Barão de Goiana, que idealizou o ensino médico-cirúrgico na cidade do Salvador. Concretizava-se, dessa forma, uma predestinação da Bahia: a de tornar-se centro universitário, como dela buscaram fazer os jesuítas, por dois séculos, por intermédio de seu colégio no Terreiro. E grande coincidência vem a ser o fato de o funcionamento do Colégio Médico-Cirúrgico começar no mesmo prédio da antiga instituição, o qual, nessa época, era parcialmente ocupado pelo Real Hospital Militar da Bahia.

Ao mesmo tempo da fundação dos cursos de Cirurgia, Anatomia e Medicina, eram as cadeiras básicas “Cirurgia Especulativa e Prática” e “Anatomia e Operações Cirúrgicas”. Os cursos duravam quatro anos, findos os quais o aluno requeria uma certidão que provasse estar apto a prestar exames, e o Colégio então podia “passar certidões competentes declarando se o discípulo estava capaz de refazer o seu exame e dignamente encarregar-se da saúde pública”. As matrículas, no início, eram feitas perante o escrivão do Hospital e cada praticante tinha de pagar R\$ 6000,00 de uma vez para todos os quatro anos do curso.

O período compreendido entre 1808 e 1815 constituiu uma fase embrionária dos estudos médicos na Bahia. Não havia propriamente uma Escola de Medicina, mesmo numa imagem precária do que ela deveria ser para a época. Era um simples curso de Cirurgia. Tanto é que os alunos, chamados então “praticantes”, quando concluíam o curso somente poderiam exercer a profissão “onde não houvesse médico”. Nessa fase, o ensino consistia apenas de aulas teóricas e demonstrativas de anatomia humana e outras que versavam sobre fisiologia e patologia. Não havia mais que dois professores e um porteiro como corpo da Escola.

Por ato do Conde dos Arcos, governador da província, atendendo a uma carta-régia de 29 de dezembro de 1815, foi o ensino médico na Bahia reformado, pela primeira vez, conforme o plano elaborado (agora por um brasileiro) pelo Dr. Manuel Luís Álvares de Carvalho, “médico da Real Câmara e diretor de Medicina e Cirurgia na Corte e no Reino do Brasil”. O curso foi elevado para cinco anos e aumentado o número de disciplinas, de acordo com a seguinte distribuição: 1º ano – Anatomia, Química Farmacêutica e Matéria Médica; 2º ano – Anatomia (repetição) e Fisiologia; 3º ano – Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica; 4º ano – Instruções Cirúrgicas e Obstetrícias; 5º ano – Medicina Prática e Obstetrícia (repetição). Em

decorrência dessa reforma, ficou o corpo docente do Colégio Médico-Cirúrgico constituído de seis professores, um deles o eminente Antônio Ferreira França, detendo as cadeiras de higiene, etiologia, terapêutica e patologia.

Pela reforma de 1815 (inaugurada em 17 de março de 1816), que criou “um curso completo de Cirurgia” em Salvador, os cirurgiões formados podiam curar todas as enfermidades nos lugares que ainda onde não houvesse médicos, mas “todos aqueles que enriqueceram de princípios e práticas a ponto de fazer exames, que aos Médicos se determinava, poderão vir a ter faculdades e grau de Doutor em Medicina”.

25
*

As condições de funcionamento do curso eram as mais precárias possíveis. Passando a funcionar, em 1816, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o ensino continuou precaríssimo, faltando tudo, inclusive higiene no hospital, por muitos anos. As exigências faziam, porém, a instituição crescer e adquirir posição de ano para ano. Em 1825, o corpo docente era constituído de sete professores e um substituto. No ano seguinte, em 9 de setembro, manifestam-se os grandes resultados da instalação dos cursos médicos: os Colégios Médico-Cirúrgicos da Bahia e do Rio adquiriram, por lei então sancionada, o poder de conceder títulos de cirurgia aos graduados. Era como se fôssemos agora, no particular, concorrentes de Coimbra, Paris e Montpellier.

A Faculdade de Medicina: crescimento e áreas de ação

Passam novos anos antes que, auspiciosamente, venha o ensino da Medicina a alcançar foros de maturidade e caracterização, através da Lei de 3 de outubro de 1932, quando aqueles colégios são transformados em Faculdades de Medicina, ampliado o seu curso para seis anos e distribuído o ensino em 14 disciplinas. Foi uma das reformas mais importantes ocorridas na Escola do Terreiro de Jesus até nossos dias e deveu-se à ação do prof. José Lino Coutinho, lente de Patologia Externa, primeiro diretor da novel Faculdade e, a certa altura, Ministro do Império. Como diretor, introduziu diversos melhoramentos à Faculdade, destacando-se a instalação do Gabinete de Anatomia, por iniciativa do prof. Jonnatas Abbot, e a criação da biblioteca.

As reclamações e apelos para que o Colégio fosse levado do Hospital da Misericórdia para outro lugar, em decorrência do estado

ruinoso do prédio, lograram êxito nesse ano de 1832, pois a extinção do Hospital Militar fez vagar o edifício do Terreiro, sítio do curso nos anos iniciais. Imediatamente, o governo provincial concedeu as acomodações necessárias para a transferência da Faculdade e do Hospital para o casarão do Terreiro, vindo a mudança a realizar-se em 2 de julho de 1832.

Foi na reforma de 1832 que se criou o curso de Farmácia, marco inicial da profissão farmacêutica no país. Iniciando-se o funcionamento em 1º de março de 1832, o ensino de Farmácia compreendia sete matérias em três séries e as aulas eram lecionadas em comum para os dois cursos: o médico e o farmacêutico.

26
*

Na reorganização imperial do ensino superior do Brasil promulgada em 1854, um novo estatuto foi dado à Faculdade de Medicina. Pelo decreto de 28 de abril desse ano, aumentava-se o número de cadeiras para 18, ou seja, criando as de Química Orgânica (uma grande evolução para a época), Anatomia Geral e Patológica, Patologia Geral, Terapêutica e Matéria Médica. Associou-se ainda à cadeira de Medicina Operatória e Aparelhos o ensino de Anatomia Topográfica.

Novas modificações tiveram lugar, posteriores a essa reestruturação, na fase imperial, todas visando adaptar a Faculdade de Medicina ao papel de relevo que desempenhava na vida médica e na cultura do país. É forçoso daí se conclui realçar a ampliação verificada a partir de 1879, com a inclusão de um terceiro curso à Faculdade, o de Cirurgia Dentária, apesar de em 1864 o primeiro centro superior já formar dentistas, sem, entretanto, manter curso específico. Tal fato é prova repetida do seu avanço diante de si próprio na época. O curso de Cirurgia Dentária passou a constituir escola-anexa à Faculdade de Medicina em 1882, e o outro, de Farmácia, continuava curso adjunto.

A grandeza, o renome e a projeção que atingiu a Faculdade de Medicina baiana no Brasil, durante o Império e ainda depois dele, como serão observados oportunamente, deveram-se primordialmente à plêiade de médicos, cientistas e humanistas que aí se formaram, permaneceram e praticaram o ensino e a pesquisa, muitos deles atingindo vulto nacional, e não raro internacional, como que atestando o valor da Bahia como centro científico com vida própria. Surgem, assim, oferecendo grandes contribuições à patologia indígena, figuras como Manuel José Estrêla, José Lino Coutinho, Antônio Ferreira França, Jonnatas Abbot, Wucherer (descobridor

da filaria que traz o seu nome), Paterson, Gonçalo Muniz, Almeida Couto, Silva Lima (descobridor das doutrinas médicas acerca do beribéri), Pacífico Pereira (o divulgador da medicina pública) e muitos outros, para restringir essa cidade à fase imperial.

A Gazeta Médica

A irradiação das ideias nascentes na Faculdade de Medicina teve, durante longo tempo, um órgão que, tudo o indica, foi, no gênero e com essa finalidade, o primeiro da imprensa brasileira: a *Gazeta Médica*, fundada em Salvador no ano de 1866. A ciência brasileira – acuradamente o constatou Rui Santos, no seu estudo sobre Pacífico Pereira – “tem um grande débito para com ela”; já no segundo ano publicava, na íntegra, o Código de Ética Médica, adotado pela Associação Médica Americana; combateu o charlatanismo e lutou contra a graciosidade dos diplomas. Durante seus primeiros 50 anos, normalmente sob a influência de Pacífico Pereira – seguimos ainda Rui Santos –, publicou os mais destacados trabalhos, como o sobre beribéri, sobre neurose por desvios uterinos, a respeito da peste bubônica e da febre amarela, sobre tuberculose, quanto ao problema dos esgotos na Bahia, o problema sanitário dos portos etc. É o próprio Pacífico Pereira que conclui: “A *Gazeta Médica*, logo nos seus primeiros anos de existência, deu admirável impulso ao estudo de nossa patologia e enriqueceu a medicina nacional com estudos de alto valor”.

Uma Academia de Belas Artes

Admirada referência deve receber, no estudo do ensino de nível superior da Bahia, na época imperial, a Academia de Belas Artes, instituição particular que nasceu da existência de artistas, amadores e profissionais que buscavam, ainda que modestamente, estudo e aplicação das Artes Plásticas na Bahia. Foi em 1877 – 17 de dezembro – que surgiram os cursos de Pintura, Escultura e Gravura e, logo após, de Arquitetura, com o apoio do então presidente da província, Henrique Pereira de Lucena e o Dr. Virgílio Damásio, da Faculdade de Medicina, e a reunião de esforços dos artistas Miguel Navarro y Cañizares, João Francisco Lopes Rodrigues, Manuel Lopes Rodrigues e do engenheiro e arquiteto José Allioni. A raiz de tudo, porém,

está num curioso (e até simpático) desentendimento. Miguel Navarro y Cañizares, espanhol de nascimento, fundara em 1874 um “curso superior de Pintura” no “Imperial Liceu de Artes e Ofícios”, onde lecionava para bom número de alunos. Daí que a diretoria do Liceu lhe encomenda um retrato a óleo de Pedro II, mas depois, por ser o pintor estrangeiro, faz a encomenda a outro artista, baiano, sendo cancelada a anterior. Cañizares, desconsiderado, afastou-se do Liceu com seus alunos e, em revide, encontrou apoio daqueles artistas e beneplácito do presidente da província para fundar a Academia de Belas Artes.

28
*

O início foi muito precário, sem qualquer patrimônio, na casa de Cañizares. Porém, Manuel Quirino, em “Artistas baianos” (cita-o Otávio Tôrres), documenta que “data dessa época o renascimento do verdadeiro ensino do desenho, cabendo ao prof. Cañizares, principalmente, a glória do cometimento”. Mais tarde, em 1880, veio a ocupar um andar do Solar Jonnatas Abbot, que, com as transformações e reformas sofridas, incluindo a vir ocupá-lo de pleno, é desde então sua sede.

Conclusões

Globaliza-se, assim, o quadro do ensino de nível superior na província da Bahia: o grande núcleo pioneiro, a Faculdade de Medicina – que crescera a ponto de transformar-se de fato em três escolas: Medicina, Farmácia e Odontologia; e a Academia de Belas Artes.

Os bacharéis, espíritos determinantes da época, formavam-se no Recife ou em São Paulo. Ao término do Império e apesar de ter só dois centros graduados, a Bahia já apresentava em volume maior, porém, a efervescência cultural que o magnânimo Pedro II pressentira em sua derradeira “Fala do Trono”; crescimento esse que redundaria em consideráveis modificações logo no início da República.

capítulo 3

Mais faculdades na Bahia: Primeira República (1889 – 1930)

Nova aparência institucional

Instalada às pressas, a República dedica à instituição, em sua constituição promulgada em 1891, um capítulo, no qual, dentre os preceitos estabelecidos, fica expresso que o ensino nos estabelecimentos públicos passa a ser leigo. Para seguir o figurino federativo, então fundado (ou copiado), os Estados recebem o encargo de desempenhar grande esforço no setor do ensino público, em especial naquilo concernente aos estudos superiores. E logo, como reflexo do espírito político-social dominante, desenvolveu-se largamente o ensino jurídico. Para oito faculdades de Direito criadas durante os primeiros 20 anos de República – a da Bahia ainda em 1891 –, não inclui-se a Bahia, em 1897 – e três outros estabelecimentos superiores. A mentalidade bacharelesca persiste a dizer-se capaz de resolver todos os problemas nacionais em detrimento da necessidade de técnicos e cientistas, secularmente encarecidos pelos problemas vários, industriais, energéticos, sanitários ou de qualquer outra série, a fim de dotar o país de instalações para a sua melhoria social.

A Bahia (ao menos em pequena escala) insinuou alguma reação a esse quadro institucional e suas disponibilidades de formação de graduados em nível superior pouco a pouco foram-se diversificando. Nos 41 anos que compreenderam a chamada República Velha, muitos eventos ajudaram a fortalecer o ensino superior na Bahia, a fim de que, um dia, houvesse condições capazes de impor, para sua própria política de benefícios, o nascimento da universidade.

Direito: uma faculdade da época

30
*

Não surpreende, decerto, haver sido a criação da Faculdade de Direito o primeiro desses eventos, na forma de uma instituição particular, a permitir, desta forma, que os estudantes baianos não mais fizeram, necessariamente, a opção entre frequentar o Recife ou São Paulo, os grandes centros de ensino jurídico herdados do Império. Publicado o decreto que franqueava a criação de faculdades-livres de Direito, em 1891, logo o jurista José Machado de Oliveira – que abria modesto curso de “ciências jurídicas e sociais” em Salvador, um ano atrás – convocava interessados (autoridades, juristas, comerciantes e representantes de outras classes) e promovia uma assembleia-geral em que se assentou, em definitivo, instalar a nova escola em 15 de abril de 1891, tendo antes sido aprovados os estatutos e escolhidos os professores. Do seu Conselho Administrativo, sobressaem Almeida Couto, Luís Viana e Manuel Vitorino. A primeira congregação, fator ponderável, para o êxito da novel instituição, era constituída das mais conhecidas personalidades da cultura baiana de então – incluindo, evidentemente, nomes da Faculdade de Medicina, a exemplo de Almeida Couto. Mas deve-se ilustrar, ainda, a participação de Leovigildo Filgueiras, Manuel Joaquim Saraiva, Severino Vieira e Carneiro da Rocha. Principalmente ao brilhantismo deles deveu-se o êxito da Faculdade, que, instalada em 15 de abril, de maneira solene, com 93 alunos matriculados, em 18 de outubro seguinte obtinha o procurado reconhecimento do Governo da República, uma vez que – rezava o decreto – a Faculdade baiana ensinava “as matérias que constituem o programa das Faculdades de Direito Federais”.

Começou a funcionar, e aí permaneceu alguns anos, no prédio histórico que surgiu de sítio, na atual Ladeira da Praça, para assinatura, por D. João VI, da carta-régia que franqueou os portos do Brasil às nações amigas. O patrimônio da Escola era constituído pela joia

dos sócios, donativos, matrículas e subvenção do Governo Estadual. Posteriormente, durante a longa direção de Carneiro Rocha (1902-1925), entram para docentes da Faculdade homens de vasto saber jurídico, como Filinto Bastos, Campos França, Prisco Paraíso, Muniz Sodré, Eduardo Spínola, Bernardino de Sousa, dentre outros. Estava a Faculdade desde 1896 num solar da atual Praça Teixeira de Freitas, onde permaneceu até 1928, retirando-se provisoriamente para aí levantar-se uma nova sede, com planejamento adequado. Por toda uma fase, a Escola servira, de acordo com o espírito da época, não apenas para as lições acadêmicas, como também de campo de debate das ideias filosóficas. Dessa época em diante saem da florescente Faculdade muitos bacharéis – juristas ou simplesmente advogados profissionais – que prestam apreciável contribuição ao desenvolvimento intelectual do país. Ela já considerava a si própria detentora de tradições, a exemplo da célula-mater dos estudos superiores na Bahia – a Faculdade de Medicina.

O Centro do Terreiro avançou pela República em situação privilegiada e, ainda assim, esperando e pedindo melhoramentos. Várias reformas são executadas em seu sistema de ensino, a partir de 1891 (desta primeira, a Reforma Benjamin Constant, adveio a denominação Faculdade de Medicina e Farmácia); ao mesmo tempo, procurou-se readaptar o edifício que ocupava, dando-lhe melhor aspecto e ampliando-lhe salas de aula e gabinetes. Numa, era de se esperar que um incêndio destruísse totalmente o edifício, em 5 de março de 1905. Era Carnaval e o povo enchia as ruas centrais à noite, assistindo o desfile dos carros alegóricos. Exatamente quando o préstito chegava ao Terreiro de Jesus (Praça 15 de Novembro), a gentama assistiu o terrível espetáculo: o incêndio que, além de destruir os históricos edifícios da Faculdade e da capela dos Jesuítas, reduziu a cinzas a biblioteca, de cerca de 15 mil volumes e muitas obras de notável valor e raridade. Províncias objetivas da congregação, a partir mesmo da reunião que realizou no dia imediato ao sinistro, fizeram ressurgir o edifício em uma reconstrução que durou apenas dois anos – é o majestoso edifício angular que domina o Terreiro de Jesus.

O período da República Velha manteve o alto prestígio nacional do saber médico-científico da Faculdade de Medicina da Bahia – e mesmo ampliou-o, com aquele que é considerado a maior autoridade científica, que nela ofereceu suas pesquisas e conhecimentos: Nina Rodrigues –, fazendo surgir na Bahia uma verdadeira escola

médica. Analisa Fernando de Azevedo, minuciosamente, a projeção nacional do fundador da nossa medicina legal:

Entre as atividades científicas que caracterizam esse período de ebulição intelectual (1890-1914) e o distinguem como um dos mais fecundados, na história de nossa cultura, avulta, pelo seu valor e pela força de atração, o trabalho realizado por Nina Rodrigues, nos domínios da medicina legal e dos estudos antropológicos e sociais sobre as populações afro-americanas. Com a nomeação, em 1891, de Raimundo Nina Rodrigues, para a cadeira de medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, inaugura-se nova fase, na evolução científica da medicina legal, no Brasil, à qual Agostinho Sousa Lima, desde 1877, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, inaugura-se uma nova fase, na evolução científica da medicina legal, no Brasil, à qual Agostinho Sousa Lima, desde 1877, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já vinha trazendo valiosa contribuição nacional, reduzida, entretanto, à aplicação dos conhecimentos médico-legais na interpretação das leis do país. Nina Rodrigues, justamente considerado o criador da medicina legal brasileira, empreendeu, durante quinze anos de magistério (1891-1905) na escola baiana, uma obra notável de revisão crítica das técnicas estrangeiras e de criação, pelo estudo prático e experimental dos problemas médico-legais brasileiros. Os seus trabalhos sobre as raças humanas e a responsabilidade penal (1894), sobre os dispositivos atinentes à filiação legítima e sobre a condição dos alienados (1901), bem como dos estudos psicopatologia da mutilação cadavérica [...] marcavam época e criam escola – a escola baiana de medicina legal –, que, continuada por discípulos seus, Oscar Freire e Afrânio Peixoto, permanece ativa até nossos dias [...]. Os ensaios de psicopatologia social, Marcelino Bispo (autor de atentado contra Prudente de Moraes), constituem importantes contribuições, na série de investigações diretas, científicas, sobre a nossa gente.

Isso basta como exemplar da atenção que se volta para a Faculdade de Medicina da Bahia e algo da contribuição que, partindo dela, permaneceu na cultura brasileira.

A propósito dos acontecimentos de Canudos, em 1897, a Faculdade deu, no episódio, mostras bastantes de sua importância.

Conhecedores do desastre da expedição de Moreira César contra Antônio Conselheiro, os professores-catedráticos vêm a aprovar moção de autoria de Pacífico Pereira, então diretor da Faculdade, na qual, ao lado de “um voto de profundo pesar pela dolorosa perda”, comunica ao Governo Federal “o oferecimento que faz de seus serviços em qualquer emergência que deles possa carecer a Nação”. O presidente da República aceita o oferecimento e em 6 de julho de 1897 são convocados médicos e farmacêuticos para o “serviço de guerra”. A Faculdade se transforma em hospital, com seus gabinetes e salas adaptadas em enfermarias. Vários acadêmicos seguem para a zona de Vasa-Barris, teatro da luta; e é a serviço de meio milhão de feridos, que são tratados na própria Faculdade, que se põe em funcionamento, pela primeira vez na Bahia, um aparelho de Raio-X, que acabava de ser importado da Europa.

Particularizando a apreciação ao ensino farmacêutico, não há como situá-lo em perspectiva de igualdade, no aspecto didático-administrativo, senão a partir de 13 de janeiro de 1925, quando o curso de “boticários” passa a ser escola anexa à Faculdade de Medicina (como era a de Odontologia há muito), com a criação de cinco cadeiras privativas para professores-farmacêuticos – Química Analítica, Farmácia Gelênica, Farmacognosia, Farmácia Química e Química Toxicológica e Bromatologia. O currículo recebe sensível aumento.

Visto como um todo, o núcleo do Terreiro de Jesus continuou através dos anos na tradição de sempre participar ostensivamente dos acontecimentos de maior destaque, consciente da missão de formar profissionais, cientistas e humanistas.

A técnica chega à Bahia

Quase 40 anos após a origem da primeira escola de formação de engenheiros-civis, no Rio, existiam na Bahia numerosos profissionais capazes de projetar a carreira, então despreza frente às ambições da sociedade patriarcal brasileira vigente, que se fundamentava como elite em três títulos: bacharel em Direito, doutor em Medicina ou clérigo católico. Agora – 1896 –, um grupo de engenheiros fundava em Salvador o Instituto Politécnico da Bahia, cujos estatutos, datados em 17 de julho desse ano, declaravam sua finalidade principal: “criar e manter com os seus recursos e com o auxílio financeiro que possa conseguir dos poderes públicos, sob o nome de Escola

Politécnica, uma escola de engenharia teórica e prática, que formará engenheiros civis e agrimensores, admitindo, posteriormente, cursos especiais de engenheiros, industriais, mecânicos e minas”. A Escola Politécnica, de fato, vem a ser instalada a 14 de março de 1897, num sobrado da Rua das Laranjeiras, na Sé. No dia imediato, obedecendo à organização da congênera carioca, foram iniciadas as aulas, sendo o professorado composto de quase todos os fundadores do Instituto (eram 17 os engenheiros componentes da diretoria), presididos por Arlindo Coelho Fragoso. Em decreto de 9 de maio de 1898 foi a Escola Politécnica equiparada à do Rio de Janeiro, passando a funcionar, desse modo, sob inspeção federal.

34

*

A organização, a seriação das disciplinas e a administração idênticas às da Escola do Rio possibilitaram à primeira turma da Politécnica da Bahia concluir o curso em 1901: apenas dois graduados, que receberam o diploma de engenheiro-civil. Havia a Escola, neste ano, sido transferida para um prédio vizinho ao Convento da Piedade (Praça 13 de Maio). Se a influência de alunos, nos primeiros anos, era pequena, durante a Primeira Guerra Mundial chegou o número de matrículas a ir além de 200; mas, na década de 1920, a frequência diminuiu gradativamente, ficando reduzida, em 1927, a 53 alunos. Deve-se analisar, entretanto, as circunstâncias. Mudara-se a Escola para o Palacete São Pedro, na Avenida Sete, em 1905, o que permitiu uma ampliação física, posteriormente, com a anexação de dois sobrados vizinhos. Mas foi preciso que a atividade administrativa de seus três primeiros diretores – Arlindo Coelho Fragoso (1897-1907), Francisco de Sousa (1907-1922) e Arquimedes Gonçalves (1922-1934) – lutasse perseverantemente para superar uma série infundável de obstáculos e dificuldades. E essa perseverança foi também adotada pelos professores, que, por muito tempo, deixaram de receber os irrisórios vencimentos sem que, por isso, deixassem de contra prestar, pontualmente, com suas aulas. Mormente, essa renúncia evitou que em tempo algum os cursos da Politécnica sofressem a menor solução de continuidade, procurando seguir sempre o mesmo ritmo e regularidade. Só em 1931, como veremos, a Escola sairia de tal situação financeira, que não deixava de prejudicar sua atividade. Vistas sejam, assim, as circunstâncias desse período em que as instituições de nível superior eram órgãos mantidos por particulares, com (pouquíssima) ajuda do Estado e supervisão meramente legalizante de parte da União. Quanto aos engenheiros, depois da

Primeira Guerra Mundial começou a crescer o prestígio da carreira, no Brasil; porém, não foi esse o momento que se encarregaria de modificar a trilogia das carreiras prestigiadas pela sociedade brasileira, a fim de trazer mais e mais benefícios à Escola Politécnica.

O progresso da Academia, aliás, da Escola – Professores, artistas e alunos da Escola de Belas Artes continuavam a trabalhar dedicados, praticamente sem remuneração, após a Reforma Benjamim Constant (1891), que modificou sua antiga denominação de Academia. Como o engenheiro, o arquiteto começava a ganhar prestígio sócio profissional, e conseqüentemente o curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, em 1893, passou a adquirir maior eficiência. A partir desse mesmo ano, devido às subvenções que, no decênio, o Governo Estadual favorecia-lhe, a Escola viveu um período de apogeu. Mas depois, ela literalmente sobreviveu porque tão minguadas tornavam-se as subvenções que os professores nada recebiam ou, quando isso acontecia, eram pequenas parcelas divididas “irmãmente”, como diz um relato contemporâneo.

As dificuldades permaneceram por décadas, mesmo depois da lei federal que, em 1917, reconheceu a Escola como de utilidade pública, e ainda depois da influente lei – estadual – de 15 de agosto de 1929, que deu validade aos diplomas expedidos pela Escola dentro do estado da Bahia; em 1931 é que viria a existir algum alívio, com a restauração de uma subvenção estadual de 20 contos de réis, que servia para pouco mais que o pagamento dos funcionários e a compra do material requisitado pelos professores.

Historicamente, veio a ter uma marcante conotação o ano de 1920, pois nele graduaram-se dois grandes pintores: Presciliano Silva, que alcançou um expressivo renome como impressionista, e Manuel Inácio de Mendonça Filho, que, aliado ao seu destaque como artista, teve depois uma memorável ação de diretor da Escola, numa fase de renovação, a partir de 1947.

A economia tateante

Iniciara o século XX. A Bahia, ainda então segundo núcleo urbano do Brasil, possuía seis escolas de nível superior, duas anexas à Faculdade de Medicina.

Comemorando-se o aniversário da República, em 1904, um grupo de baianos ilustres resolveu promover a criação de um

estabelecimento destinado a ministrar o ensino comercial, até então quase descurado entre nós (um “curso comercial”, facultativo, que havia no Colégio da Bahia, desde 1895, fora extinto nesse mesmo ano de 1904). Descaso contraditório, sendo o comércio um dos esteios da atividade nacional em relação à incipiente indústria existente, vez que esta não atingira ainda importância relativa no país (o que basicamente só aconteceria depois de 1930). Da reunião de 15 de novembro resultou a constituição, em 7 de fevereiro de 1905, da Associação Escola Comercial da Bahia, com o objetivo imediato e único de fundar, manter e administrar a Escola Comercial da Bahia, ficando, contudo, reservado à Escola, inaugurada a 12 de março, plena autonomia nas atividades didáticas. Por fim, em 27 de novembro, um decreto federal tornou extensivas à Escola Comercial da Bahia as disposições referentes à Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhecendo oficialmente os diplomas que ela conferia. Segundo essas disposições, a Escola manteria dois cursos: o Geral, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregado da Fazenda; e o Superior, habilitando para os cargos de agente consular, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, atuário de companhia de seguros e chefe de contabilidade de estabelecimentos bancários e empresas comerciais. Mais tarde, em 1911, a Escola passaria para um local que lhe serviria definitivamente: a Praça 13 de Maio (Piedade).

Inquietação no Pós-Guerra – Passados 30 anos de República, os núcleos de ensino superior permaneciam entregues à própria sorte. Excluindo o aspecto legislativo regulamentador, a União não ia muito além do Distrito Federal no que se relacionava com as condições das faculdades brasileiras. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) serviria para refletir no Brasil outras condições de vida política e econômica, levando assim – bem o afirma J. Roberto Moreira – a “reorganização aos processos educacionais”. Fala-se agora em escola nova ou escola ativa, procurando retirar do ensino o caráter meramente informativo e teórico.

É nessa circunstância que a ideia universitária frutifica como fruto temporão, sem organicidade, quando se forma a Universidade no Paraná, em 1922. Pedro Calmon qualifica o seu surgimento como o de um núcleo fechado, “por falta de padrão federal a que fosse equiparada”. Romperam-se, no entanto, o tabu de quatro séculos, fato suficiente para que a global crise institucional em que se

debatia o país – em decorrência mesmo das transformações geradas pela guerra mundial (e que no Brasil não tinham sido efetivadas) – tomasse a seu cargo não o deixar isolado. E isso aconteceu com as modificações políticas e culturais oriundas da revolução em que explodira, em 1930.

capítulo 4

A formação das ideias para a criação das universidades e a Bahia (1930 – 1945)

O nascimento da aglomeração universitária

Instituído o Ministério da Educação, após a Revolução de 1930, o Governo Federal passou a ter participação – mais ativa e ampla – na organização do sistema nacional de educação, principalmente nos setores do ensino secundário e superior. Considerando este último, foi sancionado o Decreto n. 19.851, em abril de 1931, que serviu de estatuto inicial das universidades brasileiras, ainda não existentes, afora o exemplo descaracterizado da Universidade do Paraná, assim denominada em 1922. As demais eram faculdades e escolas isoladas, voltadas para si mesmas. Desta vez – 1931 –, o sistema universitário era dotado como regra do ensino superior da República.

Para a criação de qualquer universidade, dizia o estatuto, seria necessário a incorporação de, pelo menos, três instituições de ensino superior, entre elas as de Direito, Medicina e Engenharia, ou, em vez de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Esta “pela alta função que exercia na vida cultural, é que daria de

modo mais acentuado, ao conjunto de institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcendesse os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura que à Universidade conferem o caráter e o atributo que a definem e a individualizam”. Observar-se-ia, mais tarde, que era por demais ambiciosa a missão que se conferia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras – “uma Universidade dentro da Universidade” –, pois ao próprio conceito da Universidade brasileira não fora oferecida qualquer filosofia.

40
*

Os Estados da federação brasileira começaram a se preocupar, daí por diante, com o agrupamento, para não dizer conglomeração, de suas escolas superiores em universidades.

A primeira a aparecer foi no Distrito Federal (RIO), em 1935, mais tarde extinta, seguindo-se de São Paulo. A Bahia restava sem universidade, mesmo que, para ela, Pedro Calmon apresentasse um projeto na Câmara Federal, em 1935, o qual, mais uma vez, restou um projeto.

Mormente para dar organização à Universidade do Brasil, o ensino universitário sofreu uma reorientação, em 1937, preceituando-se, na Lei n. 452, que seriam as finalidades essenciais da universidade o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística; a formação de quadros onde se recrutassem elementos destinados ao magistério, bem como às altas funções da vida pública do país; o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandassem estudos superiores. Vago, mas algo. Porém, surgiu daí um princípio prejudicial: os estabelecimentos da Universidade do Brasil passaram a ser – e o foram durante muitos anos – “modelos” para as escolas da mesma especialidade em todo o país, não importa se estivessem estas em regiões geoeconômico-sociais diversas da cidade do Rio de Janeiro...

A Bahia prepara a futura Universidade

Algumas modificações e ampliações concretizadas pelas escolas superiores baianas já deixavam pressentir que, eminentemente ou a maior prazo, tinham elas como meta a futura universidade. Uma dessas medidas – e das mais consequentes – foi a aquisição dos terrenos da chácara Aguiar, no Canela, pela Faculdade de Medicina,

durante a gestão do prof. Augusto Viana, com o intuito de lá construir um grupo de pavilhões para o hospital da própria Faculdade (velho anseio de todo o corpo docente); e dentro de pouco tempo foi construído o primeiro pavilhão para ambulatório de diversas clínicas. Vivo como persistia o plano de Augusto Viana, aproveitou-se a visita do presidente da República à Bahia, em 1933, e, em comissão, professores e alunos solicitaram-lhe a atenção para que fosse construído um grande hospital para o ensino médico na Bahia; por sua vez, o chefe do Governo pediu que se apresentasse um projeto conveniente. A congregação da Escola incumbiu um grupo de professores a elaborá-lo e, tempos depois, iniciando-se no ano de 1936, o Governo Estadual concede vultosa soma (2 mil contos) em favor da edificação do Hospital das Clínicas. No ano seguinte, já ocupando a direção da Faculdade de Medicina, o prof. Ernesto Sousa Campos cria o plano de um Conjunto Médico da Bahia, no qual funcionaria o Hospital do Pronto-Socorro como clínica para treinamento de cirurgia de emergência da Faculdade de Medicina. Haveria também uma Escola de Enfermagem a completar o Conjunto, centralizado no Hospital das Clínicas e a serviço da Faculdade. Dos novos apelos ao ministro da Educação (Gustavo Capanema, autor da Reforma Universitária de 1937) e ao presidente Getúlio Vargas, pode surgir um novo projeto – do qual se encarregara o prof. Ernesto Sousa Campos, em colaboração com o arquiteto Hipólito Pujol Jr. E afinal, em 19 de outubro de 1937, foi lançada a pedra fundamental do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, anos mais tarde: um enorme edifício com as desejadas instalações clínicas.

A Faculdade de Direito já inaugurava nova sede em 1931, levantada em três anos, na gestão de Bernardino de Souza. O edifício, o primeiro a ser construído especialmente para receber uma escola superior, na Bahia, situava-se no mesmo local de antes, a Praça Teixeira de Freitas. Para o tempo, foi um rasgo aquele bloco de linhas clássicas em dois andares. Construído com recursos financeiros dados em subscrição, abriu também uma fase de apogeu em que entra a Faculdade. E com novas e brilhantíssimas inteligências em seu quadro docente – as quais, mais tarde, teriam influência decisiva na política federal com vistas à definitiva realidade de uma Universidade da Bahia –, passou a um primeiro plano na vida cultural baiana.

Também na Escola Politécnica verificam-se alterações significativas durante todo o período em que se guardava a concretização da

Universidade. Continuando a viver como órgão particular, desafogou-se, em muito, da situação que a vinha afligindo desde a fundação, em consequência do ato de um seu grande benemérito, o prof. Leopoldo Bastos do Amaral, quando, exercendo a Interventora do Estado da Bahia, assinou decreto, doando-lhe, em 31 de janeiro de 1931, 3 mil apólices da dívida pública, no valor nominal de 3 mil contos. Esses e os demais bens do patrimônio do Instituto Politécnico, bem como a obrigação de continuar a manter e auxiliar a Escola, foram transferidos à Fundação Escola Politécnica em julho de 1932 (o primeiro era então extinto enquanto se criava a segunda). Mas a Escola Politécnica passa a ser administrada pelo Governo Federal em 1934, e precisamente a partir desse ano, deixa de ser instituição privada. Quatro anos depois é transferida para o controle do Estado, ficando, entretanto, a União com a responsabilidade do pagamento dos vencimentos de professores e funcionários. Recebendo a Escola, o Governo Estadual dispõe sobre sua organização em novembro de 1939. Por fim, às vésperas da criação da Universidade, voltaria o centro técnico a ser federalizado (janeiro de 1946). Sobrepõem essas modificações legais, porém, as novas possibilidades de formação que a Politécnica ofereceu, a partir de 1941, com a autorização para funcionários dos cursos de engenheiros eletricitistas e engenheiros industriais, iniciados em 1942.

Evolui, por seu turno, a primeira Escola Comercial da Bahia, na diretiva de ampliar e aprofundar sua área de ensino. Esses novos horizontes se delineiam após a lei federal de 1931, que instituiu o Curso Superior de Administração e Finanças, apressando-se a Escola a ministrá-lo a partir de 1933. Por isso mesmo, a marcar essa nova fase de desenvolvimento, muda sua denominação para Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia em 7 de agosto de 1934. Sua última estrutura, no período, resultaria da Lei de 22 de setembro de 1945, quando aquele curso superior, que, extinto, foi substituído pelos seguintes: a) Curso de Ciências Econômicas; b) Curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Ambos passaram a ser oferecidos pela Faculdade imediatamente.

Em consequência da continuidade e do excelente nível que vinha alcançando o ensino, e sendo seu diretor o prof. Américo Furtado de Simas, obtém a Escola de Belas Artes o reconhecimento do Governo Federal para os cursos de Pintura, Gravura e Escultura em 7 de dezembro de 1943, embora a garantia jurídica fosse ainda negada ao

curso de Arquitetura, que, no plano estadual, a obtivera, juntamente com os demais, em 1929. Contudo, era mais um dado à maioria dos estudos superiores na Bahia, maioria essa progressivamente conquistada, a contento, pelas escolas de Odontologia e Farmácia, as quais continuavam anexas à Faculdade de Medicina.

A fundação da Faculdade de Filosofia talvez seja o acontecimento que, basicamente, melhor simbolizaria, no período logo anterior à criação da Universidade da Bahia, a amplificação atingida pelos cursos superiores frente às necessidades baianas. Se o argumento merecer reservas, é incontestável que essa fundação refletiu o pensamento educacional que, nessa época, dava firme importância à existência de uma Faculdade de Filosofia entre as instituições formadoras de uma universidade para defini-la como tal (daí, talvez, o cognome de “*alma mater*” dedicado às Faculdades de Filosofia). Fora esse o pensamento do decreto de 1931, seguido na criação da destacada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1935, e esquematizado na lei instituidora da congênera, no Rio, em abril de 1939. Esta, modelo para a instalação de quase todas as demais, estabeleceu que caberia à tal Faculdade: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades científicas, ordem técnica ou puramente cultural; b) formar candidatos ao magistério secundário e normal; e c) realizar pesquisas nos domínios compreendidos em seus diversos cursos.

O exemplo (ou “modelo”) foi seguido também pela Bahia. Organizara-se na Liga de Educação Cívica, em 16 de maio de 1941, uma sociedade civil “Faculdade de Filosofia”. Já com seus estatutos aprovados, o Governo do Estado permitiu (10 de julho) à Faculdade o prédio e instalações de estabelecimentos estaduais de educação. Pouco depois, em 3 de setembro, a União autoriza o governo do estado de São Paulo a fazer doação, à Faculdade, do prédio e instalações da antiga Escola Normal da Bahia, o que vem a se efetivar. Em 29 de novembro, sob a presidência do prof. Isaías Alves, principal trabalhador pela criação do novo centro de ensino, dá-se a primeira reunião do corpo docente da Faculdade. Por sua vez, o Ministério da Educação manda verificar (abril de 1942) as condições dos cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Matemática, Física, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia e Química, para efeitos de autorização de funcionamento, plenamente concedida, meses depois, em

acordante com um parecer do Conselho Nacional de Educação. Em 15 de dezembro de 1942, afinal, reuniram-se os professores, a fim de tomarem posse das respectivas cadeiras e procederem a eleição de diretor e do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade. A Isaías Alves, eleito diretor, veio também a caber a indicação para proferir a aula-inaugural, em 15 de março de 1943. No aspecto financeiro, passou a se manter como o fundo de reserva do seu patrimônio, adquirido em sucessivas campanhas financeiras e pelos auxílios recebidos ora do poder público, ora de particulares. Ressalte-se, à guisa de nota conclusiva, ter sido inestimável a contribuição da Faculdade de Filosofia para a divulgação de assuntos científicos, literários e culturais no sentido amplo ainda nesses seus primeiros anos.

44
*

Um compromisso

Termina a Segunda Guerra Mundial. As mudanças políticas verificadas no país logo após traziam no bojo de suas ideias a ordem de urgência para solução do problema universitário: agora tinha-se que ir adiante. O mundo inteiro e o Brasil em particular viviam um clima de redemocratização, reconstrução e busca de saber. Era 1945.

Nos meios educacionais brasileiros, o problema universitário era falado por todos, em unânime ponto de vista de que não só o Rio e São Paulo (e também o Paraná) deveriam ter universidades, com base na justificativa de grandes centros. Elas deveriam ser disseminadas em muitos pontos da nação. E logo naquilo que se refere à Bahia, o novo ministro da educação, o bem conhecido Ernesto Souza Campos, prometeu empenhar-se pela fundação da Universidade da Bahia. Chegara o instante pedido, esperado e negado por quase quatro séculos. Nem por isso perdera a Bahia sua feição de centro cultural com características naturais.

capítulo 5

Universidade da Bahia: da criação à federalização (1946 – 1950)

O momento da Universidade da Bahia

No seu programa administrativo, o recém-eleito presidente Eurico Dutra adotou, em 1946, o propósito de incentivar iniciativas universitárias que faziam véspera, por todo país, ao momento oportuno para começarem a tomar formas e fins próprios. O clima daquele momento a isso favorecia. Cabia ao governo, aproveitando-o, orientar esse surgimento mediante uma legislação adequada. E mesmo quando esta não tomou forma adequada, satisfazia as ansiedades do instante quanto aos fins.

A Bahia estava diante da expectativa gerada pela promessa do Ministro da Educação, Ernesto Sousa Campos, de advogar a criação da universidade baiana. E foi da promessa ao fato em poucos meses: em 8 de abril de 1946, o presidente da República e o ministro da Educação, juntos, assinavam o Decreto-Lei n. 9.155, que, conforme os dizeres titulares, “Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências”. O texto, disposto em 33 artigos minuciosos, era incisivo

em acolher anseios baianos com o preceito inicial: “É criada a Universidade da Bahia, instituição de ensino superior, como pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal sobre o ensino superior e de seu Estatuto”. Seria a Universidade, composta inicialmente, da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Ciências Econômicas, todas funcionando na capital do estado da Bahia. As Faculdades e Escola não mantidas pela União – eram-no em 1946 apenas Medicina e Politécnica – teriam sua incorporação automaticamente efetivada em seguida à aprovação competente por suas respectivas congregações.

46
*

Prevedo desde logo a expansão da Universidade e discriminando o seu patrimônio em quatro itens – 1) os bens já pertencentes ao domínio da União (no usufruto da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica) ou “outros institutos federais que venham a ser incorporados à Universidade, os quais lhe serão transferidos”; 2) os bens e direitos que por ela forem adquiridos; 3) pelos legados e doações, regularmente aceitos; 4) pelos saldos das rendas e receitas próprias, quando transferidos para a conta patrimonial –, a Lei firmava que os bens e direitos da Universidade só poderiam ser utilizados para a realização dos objetivos próprios à sua finalidade.

A administração da Universidade – referia-se o texto legal em seu artigo 9º – seria exercida pelos seguintes órgãos: Assembleia Universitária, Conselho de Curadores, Conselho Universitário e Reitoria. À Assembleia Universitária, representativa da vida conjunta das unidades universitárias, incumbia tomar conhecimento dos planos de trabalho da Universidade e dos relatórios de suas atividades e realizações de cada ano, bem como assistir à entrega dos diplomas de doutor *honoris causa* e de professor emérito; reunindo-se sob convocação do reitor, formar-se-ia de todos os professores, docentes livres e por representantes dos institutos técnico-científicos, do pessoal administrativo e do corpo de docente. No conselho de curadores, órgão deliberativo sobre assuntos de interesse patrimonial e de ordem financeira, cabia a presidência ao reitor, sendo seus membros um representante do Conselho Universitário, outro da Assembleia Universitária, um terceiro da Associação de Antigos Alunos da Universidade e, ainda, outro a representar pessoas físicas e jurídicas que tinham feito doações à Universidade, além do representante do Ministério da Educação. Por sua vez, o Conselho Universitário teria o reitor como membro e presidente e sua formação incluiria os

direitos dos estabelecimentos de ensino superior da Universidade, acrescida de um representante de cada uma das congregações, um representante dos docentes-livres e outro do corpo de discente na pessoa do presidente do Diretório Central de Estudantes. Por fim, à figura do reitor, centralizadora e representativa da Reitoria, cabia como órgão executivo central coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias. Nomeado pelo presidente da República dentre os professores-catedráticos efetivos e eleito pelo Conselho Universitário, em lista tríplice e por votação uninominal, teria um período executivo de três anos, podendo ser reeleito. Em suas ausências eventuais ou impedimento, o reitor seria substituído pelo vice-reitor, eleito de modo idêntico.

O texto do Decreto-Lei n. 9.155 discriminava também sobre os recursos e o regime financeiro da Universidade e, entre as disposições transitórias, determinava que se elaborasse o Estatuto da Universidade da Bahia dentro de 60 dias, fase igualmente destinada às providências anteriores a efetiva instalação da instituição. Esse Estatuto veio a ser aprovado pelo Governo Federal em 27 de fevereiro de 1947 e, ainda que as modificações convenientes e os acréscimos posteriores exijam estudo, é o documento básico da mecânica da UBa.

Instala-se a Universidade

Chegara o ponto colimado desde Manuel da Nóbrega. Depois dos preparativos cabíveis, sob a presidência da Comissão de Planejamento e Organização da Universidade da Bahia, chefiada pelo prof. Pedro Calmon, vice-reitor da Universidade do Brasil e, por muitos anos, um dos principais batalhadores pela realidade de uma universidade emergente: o Conselho Universitário reúne-se para eleger o reitor em 1 de julho. Por votação unânime, outro dos articuladores básicos do projeto, o prof. Edgard Rêgo Santos, é indicado para ocupar o cargo de primeiro reitor da Universidade da Bahia.

Ressalte-se: o destino histórico como que conspirara para dar justificativa e simbolismo às prestações que recuavam no tempo – sempre idênticas – durante quase 400 anos. A instalação da Universidade da Bahia veio a ter lugar no próprio sítio do Colégio dos Jesuítas, o mais antigo centro de estudos elevados da colônia, ou seja, no Terreiro de Jesus. Sem que houvesse interesse em forçar essa

circunstância coincidente, agora também ali situava-se o mais antigo centro de ensino superior do Brasil – a Faculdade de Medicina. E também ali ficaria provisoriamente a sede da esperada Universidade... E o que mais? Agora, também, o próprio diretor da faculdade histórica seria elevado à responsabilidade de primeiro reitor da Universidade da Bahia. No plano do símbolo histórico, misturando-se ao entusiasmo dessa primeira hora, não havia como negar a essas coincidências o significado de uma natural destinação baiana para os estudos universitários e a vivência cultural.

48
*

A instalação da Universidade e a posse do reitor, cerimônias solenes e claras, tiveram lugar no dia 2 de julho de 1946, uma data cara à Bahia, pois, na mesma cidade do Salvador, 143 anos antes, celebrava-se a vitória brasileira sobre as últimas tropas coloniais. E Sousa Campos, cujo passado em favor dessa Universidade constituía-se de repetidos empenhos, presidia, como ministro da educação, o ato de hoje (provavelmente a se sentir recompensado).

Anos de agrupamento

Os primeiros anos da Universidade da Bahia são de intenso trabalho, acima de tudo pela constatação de que carece fazer do agrupamento reunido em Universidade – faculdades e escolas voltadas para si mesmas – um organismo realmente cômico do *status* universitário que alcançara e da estrutura que devia alcançar. Vários fatores agiam em contrário a essa sincronização; de passagem, pode-se nominar alguns deles: a disparidade legal em que ficavam as escolas, umas frentes às outras; a dispersão geográfica existente à falta de um núcleo centralizador; e a ferrenha posição de cada unidade de não ceder direitos adquiridos, anteriormente, ao global. Localizando-se cada componente da novel Universidade numa área a bem dizer oposta às demais, na cidade do Salvador, havia, assim, um entrave físico ao orgânico universitário e, conseqüentemente, ao sentido da *universitas*. Uma certeza, porém: desde esses anos estabilizadores, a Universidade iniciou a solução de tal problema (de forma e de fundo), pouco a pouco, como concessões obtidas de antigos feudos, e a partir da perspectiva da Reitoria de que no Canela, onde já se ultimava a construção dos prédios para o Hospital das Clínicas e a Escola de Enfermagem, a Universidade possuía terrenos suficientes a um primeiro estágio formados de seu *campus*.

Não que absolutamente tudo estivesse por começar. Quando a Universidade ainda permanecia um conjunto de aspirações, fora idealizado o Centro Médico da Bahia para aqueles terrenos do Canela e iniciada a construção dos edifícios para o Hospital das Clínicas (1937) e a Escola de Enfermagem (1940), fruto de projetos de Sousa Campos e Edgard Santos. O segundo edifício, atrás do Hospital, ficou concluído graças ao apoio do Ministério da Educação, por volta de 1947: um bloco verde, onde vem a se instalar a primeira Escola (de Enfermagem), a ser incorporada à Universidade depois de sua criação. Fundada em 1946, só no ano seguinte começa a funcionar, intimamente ligada ao Hospital das Clínicas, mantendo os cursos de Enfermagem e pós-graduação em Obstetrícia, ambos em caráter intensivo e em regime de internato, residindo a maior parte das aulas no próprio prédio da Escola.

Coube à Escola de Belas Artes ser o estabelecimento incorporado, a seguir, ao conjunto da Universidade da Bahia, em 27 de novembro de 1947. No ano seguinte (12 de agosto), ela recebe do Governo Estadual, em doação de pleno domínio, o austero prédio onde funcionava na Rua 28 de Setembro. As Artes, nos cursos de Pintura, Gravura e Escultura, de cuja técnica a Escola procura oferecer o ensino, facilitam a seus alunos viver um ambiente de intercâmbio, de atividades e trabalhos pessoais, quase ímpares na Universidade (além das exposições coletivas e individuais, retrospectivas etc. que são realizadas), permitindo a graduação e o aperfeiçoamento de artistas cujo renome é constantemente admitido. Outro curso, o de Arquitetura, mantendo sua tradição caracterizadora de ponte entre a arte e a técnica, atinge então um grau que praticamente o torna Escola-anexa. Só mais tarde ganharia sua autonomia, pois, incorporando-se à Universidade e dela recebendo subvenção, a Escola de Belas Artes continuou instituição primava até 1950, quando foi federalizada por lei que será analisada adiante.

De acordo com o pensamento de destacado estudioso dos problemas universitários brasileiros, verdadeiramente só a partir de 1945 a Engenharia tornava-se, no prestígio da sociedade brasileira, uma profissão não apenas procurada, mas, sobretudo, a mostrar um corpo de profissionais insuficiente para as necessidades brasileiras, necessidades até então não encaradas em toda a sua extensão frente a uma era reconhecidamente tecnológica. Dá-se um aumento considerável de candidatos ao exame de admissão nas escolas em que

o ensino da Engenharia é ministrado, mas, um fato decorrente do outro, as Escolas de engenharia estão, em sua maioria, desaparelhadas. Não fugia à regra a Bahia, que ocupava prédios envelhecidos para permitir, simultaneamente, continuidade e aprimoramento dos cursos de Engenharia. Em situação assim precária, era natural uma constância de interesse para se conseguir novas instalações, equivale dizer: nova sede. Remontavam a 1929 as primeiras aspirações com essa meta. Depois, ficaram registrados os planos e tentativas de 1933, 1934 e 1940 e 1942. Em várias zonas da cidade, terrenos e terrenos foram examinados sem que se encontrasse um local que satisfizesse às exigências modernas de um núcleo tecnológico e dentro de uma solução propícia ao crescimento, em longo prazo, da demanda do ensino (afora considerações sobre a precisão iminente de engenheiros que o Brasil estava a fazer dos centros formadores desses técnicos). Entretanto, nenhum local fora encontrado com a capacidade de atender a tais pré-requisitos em proporções que não aquelas acanhadas em que vivia a Politécnica desde 1905. O renovar de expectativas, com a criação da Universidade, levou entre 1947 e 1949 a atendimentos entre os Governos da União e do Estado, a fim de colocar um terreno no bairro de Brotas na posse da Escola para a construção da nova sede. Fez-se o levantamento situacional, trabalhou-se sobre um projeto e maquete de massas; chegou-se a colocar a cerimoniosa pedra-fundamental (26 de novembro 1948). A concretização, por fim... Há de ser dito, porém, na visão histórica e diante dos acontecimentos posteriores, como anotaremos, que felizmente o projeto não foi avante porque naqueles terrenos faltavam aquelas condições técnicas requeridas. Má localização, péssima conformação geográfica, área de todo insuficiente.

Nesse ano de 1948, a Escola Politécnica beirava o total de 800 diplomas conferidos. Especificadamente, de 1901 – ano de graduação de seus dois primeiros engenheiros-civis – até então, a Politécnica formara 778 engenheiros-civis, oito engenheiros-industriais-químicos e dois engenheiros-eletricistas.

No mesmo ano, a pequena Escola de Biblioteconomia, fundada em 1942 e a perceber subvenção da Universidade desde 1946, vem a ganhar desenvoltura, mediante uma reestruturação que permite colocar em destaque uma carreira que a própria Universidade não podia dispensar se desejasse, como era forçoso, a sistematização de suas bibliotecas, a manutenção delas, de seus arquivos etc.

De bibliotecas estava a Universidade deficitária. Mas, lentamente, uma delas adquire notoriedade pelo seu acervo e importância: a da Faculdade de Filosofia. Crescendo sempre, torna-se das maiores e melhores do Estado. Grande parte contém títulos alusivos aos problemas educacionais, contando mesmo com excelente setor especializado resultante da doação feita pelo prof. Isaías Alves. Outras coleções e aquisições são a ela acrescentadas, destacando-se uma oferta da Reitoria, após ter adquirido a biblioteca do professor de Filosofia Romântica Hermano Santana, com cerca de 10 mil volumes. Na Faculdade, a esse tempo, são instalados laboratórios de física, química e história natural, e nela funcionam o Instituto de Francês, o Centro de Estudos Hispânicos, o Instituto de Orientação Educacional e o Círculo de Estudos Portugueses, órgãos esses que, depois, se tornariam em institutos autônomos, integrados à Universidade.

51
*

O ano de 1949 termina com uma conotação particularmente interessante na vida da UBa., quando ocorre a cisão entre núcleos de convivências secular e que, apesar disso, deveriam separar-se didática e administrativamente no momento em que, retratando o próprio desenvolvimento, suas estruturas procurassem maior expansão. Em 28 de dezembro, tanto a Escola de Farmácia como a de Odontologia, por efeito de lei federal, se transformam em faculdades autônomas, não mais anexas à Faculdade de Medicina – condição em que viviam, respectivamente, desde 1832 e 1879. Deveria permanecer, porém, a uni-las, o interesse comum aos três campos da ciência e do ensino: a missão de cuidar da sanidade física humana.

Como em todas as boas regras, eis a exceção: apesar de incorporada desde o primeiro minuto à Universidade da Bahia, a Faculdade de Direito permanece ainda instituição particular na forma de fundação, o que persistiria por muitos anos, recebendo apoio financeiro da Universidade em subvenções anuais e formando bacharéis em Direito.

Ocorrendo o término da gestão trienal do reitor, em junho de 1949, o Conselho Universitário se reúne para, pela primeira vez, demonstrar a continuidade administrativa da Universidade num ato rotineiro, mas importante: eleger o reitor para o período subsequente. E, na lista tríplice, cabe a indicação principal ao próprio reitor Edgard Santos, o qual é nomeado pelo presidente da República para novo período.

Quadro Universitário: visão 1950

Seis Universidades encontram-se sob manutenção federal em 1950: Rio, Minas, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia, além de escolas e faculdades isoladas por todo o país. O Brasil já dispõe de outras universidades particulares e, um caso ímpar, a destacada Universidade de São Paulo continua a ser mantida pelo Estado paulista.

No Censo Geral então realizado no país são conhecidos números bastante satisfatórios ao ensino superior, apesar de insignificantes na comparação com a população brasileira nesse momento: 51 milhões de habitantes. São satisfatórios esses números porque se observa ter sido, de alguma sorte, grande o salto do ensino superior brasileiro em apenas 10 anos – simplesmente duplicara o número de instituições de ensino superior e o de estudantes universitários. Em 1940 existiam 258 cursos, faculdades ou escolas superiores, com 20.017 alunos. Agora havia 437 cursos e 44.097 alunos.

Frente a esse quadro expansionista, necessitava o Governo Federal estabelecer sua área de ação no setor do ensino superior. E quando sanciona a importante Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, delimita o sistema federal de ensino superior sob o princípio de que é “supletivo aos sistemas estaduais”.

A federalização

A Lei n. 1.254 expressa que o sistema federal de ensino superior será integrado pelos estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal. Estabelece ainda o modo como os estabelecimentos subvencionados podem passar à categoria de federalizados. No que é atinente a essa incorporação, observa que a inclusão se dará por lei, ouvindo o Conselho Federal de Educação e, gradativamente, “atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não inferior a vinte anos, ao número avultado de seus alunos e a sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro”.

Essa garantia financeira de “estabelecimentos diretamente mantidos pela União”, ou seja, responsabilizando-se pelo oferecimento de meios orçamentários que permitam a manutenção do ensino

superior, ademais do patrocínio e da assistência legal em nome de próprio país, beneficia praticamente *in tootum* a Universidade da Bahia. Todas as unidades a ela incorporadas – só o eram de pleno Medicina e Politécnica – adquiriram a condição de federalizadas, à exceção da Faculdade de Direito (que optara pelo *status* de instituição particular subvencionada). Equivalendo essa inclusão a um reconhecimento pleno, para todo o país, do ensino que se ministrava e dos diplomas emitidos pela Universidade da Bahia, como o fazia em relação a outras universidades e Escolas isoladas, a Lei n. 1.254 acrescentava que a Universidade deveria promover, “oportunamente, o desmembramento do Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes para constituir a Faculdade de Arquitetura, como unidade distinta”, e particularmente conferia reconhecimento nacional ao diploma baiano de Arquiteto (um técnico da União que o fiscalizava desde que a Escola se incorpora à Universidade, em 1947, comprovou ser o nível do curso equiparável ao da Universidade do Brasil).

Aproveitou-se o dispositivo legal para dar a configuração jurídica do Quadro Permanente do Magistério Superior a ser mantido pela União, ligado ao Ministério da Educação, discriminando-o, naquilo que aludia à UBa. Como se segue: 55 professores-catedráticos na Faculdade de Filosofia; 39 na Escola de Belas Artes (27 para o curso de Arquitetura e 12 para o de Belas Artes); 30 na Faculdade de Ciências Econômicas. Apenas os docentes da Faculdade de Medicina (Odontologia e Farmácia) e da Escola Politécnica pertenciam os mesmos de antes àquele Quadro Permanente. Criando também a função de secretário da Universidade, a Lei n. 1.254 aclarava, de modo especial, a situação dos quadros docentes das Universidades e Escolas-isoladas do país, carecedoras de padrão definido.

Serviu a Lei n. 1.254, por conseguinte, para conferir condições e abono federais à Universidade que se estabilizava. Persistia despropositadamente a falta de espírito corporativo, pois, se a UBa. era legalmente vista como um todo, suas unidades componentes continuavam isolacionistas e zelosas do trabalho e direitos individuais, em luta pela hegemonia de vantagens, mas arredias a uma interligação de esforços.

A Reitoria continuava a funcionar no prédio da Faculdade de Medicina. Já iniciara, porém, no Parque do Canela, para dotar-se de melhores e necessárias instalações, a construção de um edifício especialmente destinado ao seu mister. Ao mesmo tempo em que

chamava as atenções universitárias para a tarefa de integração que seria iniciada, também geograficamente, no Parque Universitário futuro, esse prédio demonstraria uma equidistância e igualdade no tratamento da Reitoria para com as diversas unidades-membros da Universidade da Bahia. E a inauguração do “Palácio da Reitoria” será o acontecimento mais destacado, conseqüentemente, no início da década de 1950.

capítulo 6

A perspectiva de concentração no Canela (1951 – 1955)

Sede para o movimento centralizador

Federalizada, a Universidade procurou traçar seu planejamento a longo prazo já com a determinante de relativa segurança financeira – a dotação orçamentária anual da União –, certificando-se de que a expansão jamais sofreria uma solução de continuidade absoluta; paralelamente, era evidente que se abriam maiores condições para que a Universidade pudesse instar junto ao Governo Federal o patrocínio de outros empreendimentos supervenientes. Assim, havia um pressuposto do ensino ou de crescimento físico.

Em 1951 – 30 de outubro –, estando a sede da Reitoria ainda em dependência da Faculdade de Medicina enquanto eram concluídas as obras de construção do edifício a si destinado, ocorreu um novo incêndio no prédio da famosa Faculdade, por boa sorte não tão drástico quanto aquele de 1905: são atingidos uma ala onde funcionava a Faculdade de Odontologia e, no andar superior, os salões justamente ocupados, a título provisório, pela Reitoria. Do acidente decorreu (em certo ponto de vista) um apressamento da mudança da Reitoria para o ambiente que lhe seria, daí por diante, próprio em toda

a extensão. Acomodou-se por alguns meses no prédio da Escola de Enfermagem, vale dizer, já dentro do núcleo do Canela – para onde se voltariam, em grau crescente, as atenções de toda a vida universitária a partir dessa década em começo. Por enquanto, aparecia o volume simétrico do edifício que, da entrada do Parque do Canela, deveria permitir à Reitoria transformar a Universidade da Bahia em uma das principais no Brasil, apenas transcorridos alguns anos desde a fundação.

Inaugurado em dezembro de 1952, o Palácio da Reitoria apresentava-se como um quadrângulo imponente, mas tranquilo e sóbrio nas linhas clássicas. Toda a Bahia acorreu para conhecê-lo e presenciar as primeiras colações de grau que, de modo impressionável, tiveram lugar em seu salão nobre, para se transformar numa tradição nos anos a vir.

Inspirado no estilo colonial do Palacete Aguiar, conhecido como do “Bom Gosto” e antigamente situado no local onde se construíra o Hospital das Clínicas – justamente para cuja finalidade, como referimos, foram adquiridos os amplos terrenos da Chácara Aguiar (abrangendo o vale que se tornaria em Parque Universitário do Canela) –, veio o edifício-sede da Reitoria a guardar, decorando suas paredes, a coleção de azulejos murais existente naquele solar e que mereceu a categoria de “obra de arte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, privilégio de tombamento que os retém para sempre no acervo artístico brasileiro. Sabido que as linhas clássicas externas, inspiradas no estilo do Solar antigo – este de nítido e delicado gosto neoclássico, como o famoso e remanescente Palácio da Associação Comercial da Bahia –, admite-se que os valiosos azulejos, dele salvos quando de sua demolição, em 1933, datam dos fins do século XVIII e constituem, no gênero, uma das mais belas coleções preservadas até hoje no Brasil. Ela está disposta, agora, em muitos salões da Reitoria.

Descrever o Palácio da Reitoria, ao menos naquilo que tem de fundamental, equivale a localizar o centro nervoso das decisões universitárias. A edificação possui dois andares ligeiramente elevados e um disfarçado terceiro, espécie de subsolo que dá maior aproveitamento da área construída sem quebrar a serenidade da fachada imposta pelo modelo tradicional de solar, ou seja, apenas com dois andares. Do saguão em colunatas, que se tem acesso na entrada principal, atinge-se, em frente, ao salão nobre, amplo auditório onde se

vê em semicírculo, ao fundo, as cadeiras doutorais, reservadas aos professores, em convergência para a mesa presidencial das solenidades ali realizadas. No conjunto, apenas um elemento decorativo: o brasão da Universidade, e, rompendo o enclausuramento, frisas laterais no andar superior, com visão para o salão-nobre. Do saguão, à direita, degraus suaves são acesso às instalações principais da direção universitária. O salão de recepções, logo no topo, belissimamente decorado. Logo a seguir, o Gabinete do Reitor (ao qual se pode chegar também pelos corredores que circundam as frisas), um salão de recepções situado no ângulo esquerdo do prédio. Dependências contíguas servem ao chefe do gabinete e aos serviços secretariais ao reitor e de antessalas. No lado oposto, isto é, na sala direita do andar, um grande salão de reuniões é destinado às sessões respectivamente semanais e mensais do Conselho Universitário e de curadores. As demais áreas são ocupadas pelos serviços de administração, contabilidade e departamento jurídico da Universidade, muito embora outras tenham sua utilidade mudada no correr dos anos.

No ano de inauguração do prédio da Reitoria, o prof. Edgard Santos foi eleito para um terceiro período consecutivo. O panorama universitário no dia da posse – tradicionalmente realizada a 1 de julho – apresentava-se bem diverso daquele conhecido em 1946. Agora, na Universidade federalizada, havia novas escolas (Enfermagem e Belas Artes), funcionava o Hospital das Clínicas e, não fazendo menção a outras mudanças substanciais, as escolas-anexas de Farmácia e Odontologia estavam graduadas em faculdades autônomas.

O núcleo sanitário em organização avançada

A lei que dera autonomia à Faculdade de Farmácia recebeu (10 de julho de 1951) uma complementação legal que passava à categoria de privativas as disciplinas que, até então, eram lecionadas por professores da Faculdade de Medicina (um fenômeno, às vezes, de mera duplicação de disciplina). Já em 1950, havia essa Faculdade sido incluída entre as federalizadas; outro dispositivo legal (5 de julho de 1952) foi necessário, no entanto, para estabelecer medidas definidoras para a formação da Congregação e do Conselho Departamental, bem como da Direção. Por conseguinte, foi a provação do primeiro regimento-interno da Faculdade de Farmácia, em 1954 (significa dizer: a normalização didático-administrativa), que se

deu forma ao círculo farmacêutico baiano, ampliando para quatro anos, a fim de equipará-lo ao nível universitário das demais carreiras. Outro fato paralelo serviu também para consolidar a Faculdade, retirando-a da subordinação vivida como membro do núcleo do Terreiro de Jesus, que lhe fora abrigo secular. Passa, em 1952, a ter sede num prédio adaptado da Avenida Araújo Pinho, nas vizinhanças da Parque do Canela, enquanto se ultima o projeto para a construção de suas instalações, as quais, de acordo com o planejamento da utilização do Parque Universitário, deveriam estar perto dos centros de ensino médico ou afins.

58
*

Com efeito, tornara-se um dos principais básicos do aproveitamento didático-urbanístico do *campus* em formação localizar nele o que fosse concernente às atividades de ensino e prática sobre sanidade humana. E já se tornava de fato. Havia o Hospital das Clínicas como matriz desse princípio, tendo ao lado da Clínica Tisiológica (em edifício isolado devido às suas características), bem atrás estava a Escola de Enfermagem e, nem 10 metros adiante dessa provisória sede farmacêutica, em privilegiada posição de esquina e a colocar uma de suas faces voltada para o Parque Universitário, fora iniciada a construção do bloco para uma moderna Faculdade de Odontologia.

O Hospital das Clínicas, decerto, tivera uma edificação demorada. Atenta-se, porém, para as condições financeiras ao alcance, a época e o volume da massa construída e não será demais o resultado de que, àquela construção iniciada em 1937, só em 1949 possibilitava ao Hospital começar o funcionamento a serviço da Faculdade de Medicina e o seu controle. Possuindo 17 enfermarias, 18 clínicas e número igual de ambulatórios, a área reservada ao ensino compreendia quatro anfiteatros e um grande anfiteatro, este para 250 pessoas, os demais para 60 cada. O serviço de Enfermagem ficou sendo dirigido e orientado pela Escola de Enfermagem. Além de Biblioteca, Arquivo médico e Serviço Social, dispunha de grandes possibilidades de serviço: Radiologia e Radioterapia, Fisioterapia, Hidroterapia, Mecanografia (compreendendo *gymnasium* completo para a recuperação de fraturados), Centro Cirúrgico (com 16 salas), Centro de Esterilização, Serviço de Anestesia e Gasoterapia, Laboratórios (compreendendo seções de Bacteriologia e Imunologia, parasitologia, Líquido-cefaloraqueano, Química, Hematologia, Metabolismo Basal, Lavagem e Esterilização etc.) Não são necessárias outras referências para ilustrar as instalações que requerem uma instituição

moderna do tipo do Hospital das Clínicas que passou a servir à Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.

Outros doutores

Uma outra das faculdades historicamente prestigiadas, a de Direito, recebe no início de 1953 uma ampliação que, se bem prevista em seu Requerimento, não encontrara de pronto meios adequados à prática. Agora esses meios não eram alcançados e os cursos de doutorado em Direito – público e privado – regulamentados em fevereiro de 1953, passam, no mês seguinte, a ser lecionados em um círculo de dois anos.

59
*

A hora do Conjunto Politécnico

Corresponde à verdade dizer que, como as Faculdades de Medicina e Direito, a Escola Politécnica assumiu posição de liderança dentro da Universidade assim que esta foi fundada (tanto física como socialmente). Não é preciso fazer menção às raízes dessa hegemonia, que, no caso baiano, adquirem também circunstâncias de “direito de antiguidade”. Refira-se, de passagem, apenas, ao elevado número de alunos existente em cada uma delas, sem se esquecer o índice de procura; em suma, de muito se destacaram como três unidades mais populosas da Universidade da Bahia. Entre as três, porém, como foi observado antes, a Politécnica estava colocada em inferioridade física em um aspecto: a notória deficiência de suas instalações. Mas o problema não estava inferiorizado nas preocupações universitárias e, sobretudo, na vida da Escola, que se vexava ao notar que, desejava e carente de expansão e aperfeiçoamento, defrontava-se com um impasse, que se fazia crer intransponível através dos anos e das tentativas em rompê-lo. Onde e como construir as grandes e complexas instalações indispensáveis ao futuro da Escola Politécnica?

Houvera o momento nos anos de 1948 e 1949 em que se pensara que todas as dificuldades seriam ultrapassadas, mesmo com uma delonga semelhante à construção do gigantesco Hospital das Clínicas. Mas compreendera-se, fora melhor recuar. A Universidade, entretanto, depois da federalização e inaugurado o Palácio da Reitoria, encontrava-se num ritmo ascendente solidificação financeira. Não

60
*
havia por que esperar melhores sinais; mais de uma geração esperava, talvez, o esclarecimento das perspectivas universitárias para enfrentar sem senões o vultoso empreendimento que, com segurança, ia além daquelas tentativas antigas. E aconteceu neste clima o início dos entendimentos promovidos pela direção da Escola para a aquisição de vasta área no bairro da Federação, com frentes para as ruas Aristides Novis e Caetano Moura, e prolongando-se encosta abaixo até o Vale de Ondina. Ao todo, 87 mil metros quadrados. A privilegiada situação, não apenas no aspecto técnico-urbanístico, como também no paisagístico (já que colocaria o bloco arquitetônico a cavaleiro, num panorama arrojado quando visto de Ondina e do mar), completavam excelentes condições de acesso e outras requeridas para a realização do projeto.

Após visita do reitor da Universidade, prof. Edgard Santos, do diretor da Escola, prof. Carlos Furtado de Simas, e de vários professores, e uma vez reconhecido, em voz unânime, que preenchia todos os requisitos apresentados para a destinação, aprovou a Congregação da Escola a aquisição do terreno, em 20 de abril de 1953, vingando-se nesse dia os debates que o colegiado se empenharia em manter por mais de 25 anos sem obter a conclusão que buscara interessadamente. Em 7 de maio, o reitor ratifica o apoio que dera às soluções apresentadas como definitivas ao assinar, em cerimônia, os documentos de aquisição da área. Outra era a tarefa, depois desse instante: fazer surgir naqueles terrenos o Conjunto Politécnico que fizesse impor e expandir, em moldes novos, a formação de engenheiros, nas suas diversas especialidades, e propiciar a ampliação de diversos ramos tecnológicos que não pudera ainda fazer espriar pela Universidade em benefício da coletividade que, como visto, os requisitava numa era também nova (e tecnológica).

Na Escola, a ampliação traduzia-se em efetivar uma radical transformação de meios, sistema e processos do ensino de Engenharia, de modo a permitir a formação de profissionais teórica e praticamente capazes. A sede-nova era condição para isso, mas não o fim. Uma Comissão de Planejamento e Projeto do Conjunto Politécnico – constituída pelos professores Carlos Furtado de Simas e Tito Vespasiano, da Escola Politécnica, Diógenes Rebouças e Fernando Leal, do curso de Arquitetura, e o engenheiro Sílvio Mendonça, do Serviço de Obras da Reitoria –, após receber os programas elaborados pelos diversos departamentos da EPUB, reuniu-se durante oito

meses, sendo possível chegar a um projeto aprovado (29 de março de 1954) – uma pequena maquete mostrava o futuro Conjunto Politécnico em quatro blocos, mas a envergadura do projeto (que teria capacidade para 1.600 alunos) estava representada em grandes números. Por isso mesmo, decidiu-se realizá-lo por etapas, a começar do bloco principal, que, uma vez levantado, permitiria a mudança da Escola sem prejuízo da execução do restante do projeto. Agora, em meados de 1954, começou a construção.

61
*

Interregno

A tumultuosa época política que se delineava para o Brasil, em 1954, mais ou menos contemporaneamente a um fato cujos benefícios a Bahia seria grande beneficiária, a criação da Petrobrás, levou o presidente da República a solicitar o préstimo do reitor Edgard Santos, em julho desse ano, para seu Gabinete, à frente do Ministério de Educação e Saúde. A familiaridade de Edgard Santos com a Pasta era indiscutível, mas a crise se avolumou até encontrar uma válvula de escape no suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto. Até esse dia durou a curta gestão ministerial do reitor da Universidade da Bahia, período em que ficaria à frente da Universidade o prof. Orlando Gomes, que vinha ocupando a vice-reitoria desde 1951.

Assistência do Estudante

Durante o período em análise, desde o seu início, um aspecto universitário começou a ganhar destaque, como deveria acontecer, a princípio em grau restrito, mas ampliando-se com o correr do tempo: Assistência ao Estudante Universitário. Em outras palavras e sentido, em favor do corpo discente não poderia deixar de existir (ou ao menos procurar-se) uma perspectiva ou diretriz que possibilitasse a assistência e o conagraamento do meio estudantil. Criado o Departamento de Assistência ao Estudante, este passa a englobar, como trabalho fundamental, serviços de alimentação, médico, odontológico, alojamento e bolsas de estudo para universitários; um setor assistencial, portanto. Procura-se, como medida, observar as condições de precariedade financeira ou não dos estudantes a fim de

estimar-se quais os que se encontravam em situação de carência de auxílio para o prosseguimento de seus cursos. Assim, o Restaurante do Universitário passa a atender 550 comensais para almoço e jantar, de ambos os sexos, em instalações construídas em anexo à Residência do Universitário, esta com acomodações para quase uma centena de universitários. Na época, averigua-se o modo de criar a Casa da Universitária, uma vez que apenas as estudantes de Enfermagem possuem alojamentos no próprio prédio da Escola. Por seu turno, o Serviço Médico, funcionando com quadro próprio de clínicos, a serviço de qualquer universitário, passa a realizar os exames necessários àqueles que o procuram, bem como a hospitalização e o tratamento em clínicas convenientes. O mesmo critério observa-se quanto ao Serviço Odontológico existente na Residência Universitária.

Apesar do caráter assistencial, compete ao Departamento a validade da exigência de contraprestação monetária pelos seus serviços de alimentação e alojamento para que funcionem, ainda que simbolicamente, à semelhança de órgãos similares autofinanciáveis. As mensalidades que cobra por esses serviços vêm a ser, de fato, de uma modicidade que as tornam quase simbólicas. Em contrapartida, não vêm a representar grande vulto, inicialmente, as bolsas de estudo do Departamento de Assistência ao Estudante, concedidas na forma de auxílios monetários a estudantes carentes, para pagamento dos serviços alimentar e de alojamento, ou outros auxílios para compra de livros ou manutenção habitacional em pensões particulares. Em certo ponto de vista, essa fase das bolsas de estudo fica como de caráter experimental para as realizações futuras.

No aspecto do conagraçamento estudantil, o Departamento concede subvenções ao Diretório Acadêmico de Estudantes, órgão oficial de representação estudantil na Universidade, e a Centros Acadêmicos de cada unidade, os quais se encarregam das mais variadas manifestações estudantis, especialmente das festas universitárias, a cada sábado. O Departamento, por sua vez, promove também uma festa mensal na Residência Universitária, tradicionalmente realizada no último sábado do mês. Outras subvenções são dadas para os torneios inter-universitários e à Federação Universitária baiana de Esportes, que congregava oficialmente as associações recreativas similares de cada unidade. Todas essas promoções têm a finalidade maior de criar um espírito e conagraçamento na vida universitária da Universidade em si mesma. Ou seja, um aspecto da vida

universitária extradidática, tendo conexão com outro, o da própria estrutura em que vive a Universidade.

Chega-se a 1955. Não surgira nenhuma unidade nova no período, sintomaticamente. Procurara a Universidade solidificar-se e, tendo feito isso, ela própria buscava preencher – ou apontar a necessidade de preenchimento – das lacunas que fossem resultantes dos problemas regionais. O reitor Edgard Santos termina sua terceira gestão e é eleito para uma nova. E estava o ambiente universitário fervilhante de ideias para a criação, ou com a criação já encaminhada, de novas unidades e núcleos culturais. Veremos, de fato, como o período 1956-1960 foi, talvez, o mais profícuo que teve a Universidade da Bahia em sua (ainda) curta história.

capítulo 7

Escola de arte, novas escolas, institutos de extensão, sedes novas, o parque universitário: expansão (1956 – 1961)

A arte ensinada na Universidade

Compreendiam, o ambiente universitário e a vida baiana, que a universidade rumava para a normalidade solidificada que impeliu seus benefícios no meio urbano e na coletividade regional, não apenas pela presença ascendente, uma intromissão dos estudos superiores em áreas até então negligenciadas ou consideradas como supérfluas. Junto a críticas de que existiam falhas na formação de profissionais, emergiam outras de que a Universidade restara sem estender seus benefícios à comunidade propriamente dita. Na época, usava-se muito, a fim de definir esse último aspecto, a corriqueira expressão “desprovincializar” – e o que se requeria, para avultar o esforço universitário na comunidade baiana, diretamente, era um trabalho contra esse estado de coisas. Evoluiu a Universidade, nessa hora, para uma fase em que, não afastando o contato com os problemas técnicos que reclamavam solução (urgente), como anotaremos

adiante, o traço novo constitui essa participação da Universidade nos movimentos literários e artístico da Bahia, por intermédio da criação de escolas de arte e de institutos de extensão cultural. Estes, os institutos de extensão cultural, passam a influir no aperfeiçoamento dos universitários baianos no propósito de não os enclausurar a uma educação do específico, ou seja, apenas ao curso profissional, durante suas presenças no corpo discente da UBa., e/ou mais: com a intenção de dar uma mentalidade nova à participação universitária de seus componentes, vistos aqui genericamente, ainda que seja óbvio que os reflexos dessa ação não se restringiriam ao meio universitário.

66

*

Traça o reitor Edgard Santos, então, um plano para fazer surgir, em curto prazo, escolas para o ensino artístico e institutos de extensão cultural. Bem atestado seja que a missão da Universidade, como *universitas*, impunha essa penetração, vez que a elevação cultural do meio em que atua depende também desse propósito de tornar a educação mais completa do ponto de vista humanístico. Integra-se a Universidade, por diante, no meio baiano, para oferecer mais e mais, conseqüentemente, suas manifestações artísticas à coletividade.

É claro que órgãos que permitissem essa efervescência cultural não deveriam se sujeitar, pelo menos no início, a uma estruturação rígida, à maneira das escolas de formação profissional, e essa diretriz presenciou-se logo na fundação dos Seminários Livres de Música, em 1955. Funcionando como escola livre, seguindo a orientação básica esboçada por seu diretor, o maestro H. J. Koellreuter, os Seminários dedicam-se à integração do estudo das matérias musicais no conjunto da didática universitária, realizando cursos de aperfeiçoamento e, além disso, preparando para todas as formas de profissão musical e coordenando os estudos com as atividades artísticas no meio profissional. O ensino propriamente dito ficou dividido em setores: instrumental, canto, teoria e regência. Outros cursos, além dos regulares, passaram a ser ministrados por professores visitantes convidados e também um curso pré-universitário, visando o preparo de alunos para o exame de admissão aos Seminários. No primeiro instante, grande parte dos professores teve de ser atraída de outros estados brasileiros e de países de cultura musical avançada, muitos desses musicistas com renome internacional, como o próprio Koellreuter e também Ernest Widmer, Sebastian Benda... Mas

foi precisamente para formar musicistas em nosso próprio meio, em curto prazo e com bom nível, que vieram à Bahia, e logo na fundação da Orquestra Sinfônica da UBa., de 52 figurantes, certo número de seus componentes é pessoal já existente (e desestimulado) na Bahia. Adiante, os Seminários passam a manter, como órgãos permanentes, um Coral com oratórios para 60 e 120 figurantes, um Madrigal de 30 vozes para música “a capela”, o Colegium Musicum para repertório de música antiga, um Quinteto de Sopro e vários pequenos conjuntos: trios, quartetos etc.

As mesmas características de flexibilidade definem a Escola de Teatro, que surge em 1956 num belo solar conveniente adaptado para suas finalidades, bem defronte à sede dos Seminários de Música, na Avenida Araújo Pinho. Seus cursos de formação e aperfeiçoamento em Teatro atuam imediatamente como centro de convergência para a Bahia de figuras artísticas conhecidas, do Brasil e do Exterior, entre 1956 e 1960, e a Escola, tendo à frente o teatrólogo Martim Gonçalves, chega a desempenhar um papel tão preponderante na arte dramática brasileira que a faz considerada, na época, como uma das melhores da América no gênero. Integrando-se definitivamente ao quadro da UBa., em 1958, com discoteca, biblioteca e museu-vivo especializados, dispõe-se também, desde o início, de um pequeno teatro para 300 pessoas – o Santo Antônio –, instalado na própria sede da Escola e grandemente útil no aprendizado prático e em representações públicas. Poucos anos depois, nota-se um aceitável resultado: a despeito de tudo, formaram-se novos grupos teatrais baianos, sem concepção amadorística, constituídos de antigos alunos da Escola.

É também de 1956 (de setembro) o aparecimento da Escola de Dança, para que, trazendo-os ao âmbito universitário, incentivasse o ensino e o estudo das artes coreográficas em cursos para formação de bailarinas, professores de dança e coreógrafos. Ao mesmo tempo, preocupa-se a Escola com estudos relativos ao aproveitamento do folclore brasileiro na dança moderna, usando elementos artísticos.

As três escolas de Arte começam a manter um frequente intercâmbio e despertam a Bahia – sem limitá-la apenas à cidade do Salvador – para as manifestações que oferecem, vivificando o ambiente cultural de forma comprovada. Ora pelos concertos sinfônicos ou de câmara, numa média semanal, executados no salão nobre

da Reitoria para assistência sempre crescente e com programas que incluem desde a música medieval até o folclore brasileiro, ou desde uma fuga de Bach, ou sinfonia de Beethoven, até uma bachiana de Villa-Lobos, ora pelas produções dramáticas no Teatro Santo Antônio, incluindo, entre tantos, Tchécov, Brecht, Claudel ou Suassuna. E, ainda, excelentes espetáculos de dança clássica ou moderna a revelar jovens de talento coreográfico que a Bahia supunha não possuir. Em tudo por tudo, emerge a Bahia da “província”, ao lado dos movimentos literários e especialmente das artes plásticas, para uma nova personalidade cultural ao cenário brasileiro. Sem se perceber a princípio, vem a Bahia em poucos anos a se surpreender, entre 1959 e 1961, da grande atividade artística e intelectual que agora possuía, à qual se ajunta um movimento cinematográfico, surgido não espontaneamente, mas sincronizado às outras manifestações culturais. Finalmente, “a província” era reconhecida com um caminho para se colocar ao lado dos grandes centros de expressão cultural brasileiros – o Rio e São Paulo – ou para restaurar seu antigo prestígio. O nome das artes baianas tornou-se assunto mundial que se podia identificar em publicações e prêmios internacionais da época e dos imediatos (como fenômeno de repercussão). Mas é forçoso dizer: o estímulo do período não se sedimentou e pouco mais tarde iniciava-se um recuo na direção do silêncio “provinciano”.

Publicações da Universidade

Mencionar essas atividades culturais incentivadas pela Universidade não representa tudo se desfaltar a referência a uma outra, patrocinada por ela no período – um programa de publicações sob a égide Publicações da Universidade da Bahia. Muito significa o seu vulto, pois a contribuição deixada por autoridades culturais e cientistas, em cursos ministrados na UBa., só teria dimensão e posteridade maiores se guardada em livro. Através das Publicações, a Universidade – procurou, também, desempenhar outro papel a si atinente, na difusão da cultura, ou seja, a edição de trabalhos originais científicos e literários, nacionais ou estrangeiros, ainda de autores baianos servindo de grande estímulo às atividades destes últimos. Até 1960, as Publicações da Universidade, distribuídas em nove séries, apresentaram uma lista de mais de 65 títulos.

Institutos de extensão Cultural

Não se restringiu o impulso cultural oferecido pela UBa. às facetas 1) Escolas de Arte e 2) Publicações, como já ficou apontado na observação relativa aos Institutos de Extensão Cultural. Procurando manter devidamente – e não só manter – as Escolas profissionais e aquilo que fora realizado, frente ao perigo de que a hipertrofia levasse alguns setores ao paradeiro, a Universidade preocupa-se com a globalização cultural do estudante, realmente indispensável quando se visa evitar os inconvenientes do especialismo profissional, inconvenientes já reconhecidos como vividos pelas universidades norte-americanas que, por isso mesmo, hoje procuram, em grau crescente, dar melhor formação ao especialista, que, como não pode deixar de ser, terá que ser objetivamente especialista, mas globalizadamente humanista. Nessa percepção, tomam corpo na UBa. vários órgãos de extensão cultural, alguns oriundos de pequenos centros existentes na Faculdade de Filosofia desde a década anterior. Via de regra, eles resultam de convênios entre a Universidade e representantes dos governos de nações cujas culturas seriam objeto de estudo e divulgação.

De modo mais ou menos igual, aparecem o instituto Franco-Brasileiro (1956), Instituto de Estudos Portugueses (1956), Instituto de Cultura Hispânica (1956), Instituto de Estudos Norte-Americanos (1959), Instituto Alemão (1959), Instituto de Estudos Britânicos (1960), tendo como finalidades primordiais: o ensino da língua de cada país em cursos regulares ou de verão, cursos sobre a cultura, civilização e artes respectivas e o oferecimento de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação. Além disso, oferecem serviços de biblioteca e discoteca especializadas, promovem a vinda de autoridades culturais para conferências alusivas aos países que representam e outras promoções de caráter didático ou cultural.

O Instituto Franco-Brasileiro, trabalho principal de seu fundador, o professor e cônsul francês Raymond Van der Haegen, originou-se do antigo Instituto Francês da FFi, criado em 1946. Um convênio permitiu a construção de um belo edifício, a casa da França, no Parque do Canela, o qual, quando inaugurado em 1956, representava a quinta edificação do *campus* em formação. Na casa da França passou a funcionar também a Aliança Cultural Franco-Brasileira, instituição do Governo francês. O Instituto de Cultura Hispânica,

cujo embrião está também na FFi, no extinto Círculo de Cultura Hispânica, estimulado pelo professor Aurélio Laborda, desde 1947, foi constituído em 1956, funcionando provisoriamente em salas da Escola de Enfermagem até inaugurar seu prédio definitivo, logo de frente da Casa da França, em junho de 1961. O Instituto de Estudos Portugueses (ampliação do antigo Centro de Estudos Portugueses da FFi) permaneceu em sede provisória na própria Faculdade de Filosofia, enquanto o Instituto de Estudos Norte-Americanos instalava-se, em 1959, em sede provisória num sobrado em frente ao Palácio da Reitoria. O Instituto Alemão, filiado à Universidade, constituiu uma sede-própria independente da Universidade, mas com as mesmas finalidades.

70
*

Urbanização e sedes novas – Por volta de 1957, o aspecto físico da Universidade é de reconstrução – frente ao passado – ou de construção racional – frente ao futuro. As obras de edificação e urbanização envolvem grandes verbas e atenções das mais diversas faculdades e escolas, o que significa dizer que dentro em pouco – como veio a acontecer – haveria uma fisionomia completamente diversa nas disponibilidades de instalações didáticas da Universidade.

Há pouco terminara a construção dos blocos que permitiram melhorar as instalações da Faculdade de Filosofia e da Escola de Belas Artes em suas antigas sedes e já estava em uso a graciosa Casa da França. Mas o que de urbanização se realizara no Parque Universitário do Canela, até esse ano de 1957, não dava ideia do que teria de ser feito. Exatamente, havia apenas de Cidade Universitária o Hospital das Clínicas, ladeado pela Clínica Tisiológica e a Reitoria e, entre eles, claro que apresentavam uma “porta” já com pista de concreto, que, sinuosa e entre relvados e belas árvores, levava até a Escola de Enfermagem e a Casa da França um pouco adiante. E era só.

No entanto, grandes movimentos de terra, pedreiros e máquinas em constante trabalho eram vistos ali mesmo na urbanização total do Parque, em curvas com declives e aclives, um viaduto em arco, a ligar as duas vertentes do vale e permitindo, em baixo, o *freeway* da Avenida do Vale do Canela, tal bulício das obras em 1957 e nos anos seguintes. Adiante da Casa da França pavimentava-se a continuação da pista para unir o Parque, numa outra ponta, com a Avenida Araújo Pinho. E nessa ponta (ou esquina) retocava-se o imponente bloco que, concluído em 1958, destinou-se à Faculdade de Odontologia, ao tempo em que se concluía o edifício para o Instituto de Cultura

Hispânica. Do outro lado, tratores aplainavam o terreno em degraus para o iminente começo de obras da futura sede da Faculdade de Direito. Fora do Vale, estava quase pronto na Piedade o novo edifício-sede da Faculdade de Ciências Econômicas e, na Federação, o imenso bloco da Escola Politécnica estava alicerçado e elevava-se, andar por andar, numa confusão de andaimes.

Pouco mais de três anos foram precisos para que toda essa azáfama redundasse numa tranquilidade criada e em funcionamento. No primeiro semestre de 1961, a urbanização do Vale estava pronta e se podia ir, pela primeira vez, sem dar voltas, do Canela até a Graça. O Parque Universitário apresentava três novos edifícios: a Faculdade de Odontologia e o Instituto de Cultura Hispânica, na vertente do Canela, e na outra, da Graça, o longíneo edifício da Faculdade de Direito, um quase palácio de mármore e vidro, cuja inauguração, na noite de 9 de junho de 1961, com a presença de alguns ministros de Estado, veio a representar a última solenidade pública do reitorado Edgard Santos, em decorrência dos acontecimentos de poucos dias depois.

71
*

Conjunto Politécnico

Mas no ano anterior vivera a Universidade uma outra inauguração destinada a ter transcendência no planejamento físico da Universidade: em julho terminaram as obras do bloco integrante do Conjunto Politécnico, permitindo imediata utilização e sendo, com todo o rigor, a concretização dos anseios de um quarto de século. Concretização que ganharia um significado especial pelo alargamento físico que ensejava à implantação universitária.

No particular, os diversos acontecimentos posteriores a 1954 (início das obras), destacáveis na consideração de que, do volume da massa construída, resultava em um dos cinco maiores edifícios da cidade do Salvador, não impediram que em julho de 1960, seis anos depois, a Politécnica efetivasse a sua transferência para a nova sede. Em 30 desse mês, a Congregação realizou a sessão de despedida do Solar de São Pedro, endereço da Escola desde 1905. Primeiro de agosto: as aulas se iniciaram na monumental “sede nova”, ainda inconclusa frente ao projeto, é verdade, mas sem possíveis termos de comparação com as mirradas e precárias disponibilidades da véspera, unicamente com o uso desse Bloco I, destinado a fins

didáticos e de pesquisas, Biblioteca, Administração e Centro Acadêmico. Estava ali uma congregação de esforços – de professores, arquitetos, operários e também alunos –, melhor ainda possibilitada na circunstância de continuidade administrativa determinada pela gestão do prof. Carlos Furtado de Simas, diretor da Escola entre 1951 e 1960 (o período inteiro da construção, portanto), e do apoio insistente do reitor Edgard Santos. Não escondiam, ambos, a certeza dupla de que o novo centro trazia consequências benéficas à expansão do ensino e da pesquisa tecnológicas e também o surgimento de um novo *campus*, vez que se admitia, pacificamente, dentro do planejamento físico da Universidade que os setores médico, jurídico e das ciências do homem, das letras e artes haviam saturado as disponibilidades de utilização do Parque Universitário do Canela, o *campus* originário. Seria preciso um outro para as instituições tecnológicas, áreas dos institutos básicos e do colégio universitário, de esporte e para alojamento estudantil; e esses terrenos da Federação, prolongados no Vale de Ondina, ofereceriam essa adição para unificar geograficamente a Universidade.

72
*

Direito: sede para o centenário

Ainda quando não se encontrasse, na Faculdade de Direito, urgência de novas instalações, ao modo da Escola Politécnica, aquelas que ocupavam eram inconvenientes a uma melhora do ensino jurídico. Bem cedo seriam prejudiciais (ou já eram, pois há pouco fora preciso adquirir um sobrado anexo para instalação da Biblioteca). O fato é que a Faculdade, pioneira em construir a primeira sede, não adaptada de uma instituição de nível superior na Bahia, em 1931, aproximava-se dos seus 70 anos, bem experiente, mas como se estivesse na idade da improdutividade. O número de alunos, perto dos 400, distribuídos em cinco salas já pequenas, a área urbana (de trânsito ruidoso), a falta de instalações para professores etc. representava uma próxima estagnação. Ademais, deixando de ser *avis rara* em sua fundamentação jurídica, aceitou a federalização e incorporação plena à Universidade de 1956.

Nessa atitude e dentro dos planos de instalar as diversas escolas em novas sedes conforme requisitos atualizados, o diretor da Faculdade de Direito (e também vice-reitor), prof. Orlando Gomes, decidiu pela construção do novo prédio para a Faculdade em 1957. Um

princípio foi adotado de pronto: deveria ser capaz de não alcançar outro ponto de saturação durante, pelo menos, 30 anos, o que valia dizer até o seu centenário. Quatro anos depois, o prédio estava pronto, com cinco pavimentos. Fundamentalmente, constituía-se de cinco salas de aula para 180 alunos cada; uma aula magna para 500 pessoas; instalações para a Diretoria, Congregação e serviços de Administração reunidos em torno de um *hall* nobre, em mármore branco, a destacar, no centro, um busto de Ruy Barbosa. Todas as Cadeiras passavam a dispor de gabinetes de estudo em andar próprio e no último pavimento instalava-se a Biblioteca, com ampla sala de leitura e um terraço, donde uma ampla e única visão abrangia a Cidade Universitária, urbanizada e com oito edifícios já construídos e instalados.

Nesse ano de inauguração, em sede que, ao contrário das linhas clássicas de anterior, distendia-se em moderníssima geometria cubista, a Faculdade de Direito comemorava o 70° aniversário. Havia concedido 2.287 diplomas nesse período, aí incluindo os de doutores em Direito (cerca de uma centena) a partir de 1954.

Números, sinal de resultados

Por certo, não bastaria que a Universidade fizesse modificações físicas e tentasse constantemente um aprimoramento do ensino – mediante algumas mudanças estruturais –, se, ao lado do qualitativo, não oferecesse possibilidades para ingresso de um maior número de estudantes às carreiras profissionais, sobretudo naquelas em que o mercado de trabalho estava a fazer demandas que nem em 20 anos, no Brasil, seriam supridas. Engenharia e Medicina, por exemplo. Havia apenas um setor com experiências já satisfeitas, o jurídico, pela existência de numerosas faculdades de Direito. Em todas as demais profissões subordinadas a estudos superiores, o mercado de trabalho prontamente absorveria todos os graduados (na falta de profissionais especializados em muitas profissões, o mercado de trabalho absorveria tradicionalmente bacharéis em Direito, como em Economia, Sociologia, Administração etc.). As mudanças de comportamento que, como procuramos sugerir, se operaram a partir de 1945, conduziam, mais e mais a uma profissionalização adequada que levaria – era forçoso – a condicionar o bacharel em Direito apenas em seus campos específicos no futuro, quer como

advogado quer como jurista ou magistrado (quando não se “especializasse” em político). As outras profissões foram ganhando tanto quanto possível uma formação específica, o que faria aumentar o número de escolas profissionais.

Nos índices que apontamos anteriormente, advindos do Recenseamento de 1950, havia um prenúncio disso. Mas a percentagem de bacharéis em Direito naquele total era superior a 40%. Outra estatística já apresentada, referente ao período 1901-1948 da Escola Politécnica, é contemporânea da época em que a Universidade da Bahia mal chegava a um milhar e meio de alunos. Em 1956, a Universidade ultrapassa o 2º milhar: 2.142 alunos. Continuamente aumentava sua população: 2.202 em 1957; 2.941 em 1958; e ultrapassando 3 mil em 1959. Neste último ano, as principais (e originárias) escolas de formação profissional da UBa. revelam os seguintes quadros discentes: Medicina, 400; Direito, 421; Politécnica, 380; Belas Artes (incluindo Arquitetura), 169; Filosofia (doze cursos), 340; Odontologia, 264; Enfermagem, 60; Farmácia, 95. Não é preciso comentário para entender que a Faculdade de Direito continuava com superioridade numérica em que, sem nada se pôr aí de preconceituoso, faltava absolutamente correlação com a demanda do mercado de trabalho e com as necessidades nacionais. Parte dessa distorção era causada pela estrutura estática da Universidade; porém, mesmo como fenômeno isolado, outro dado permitia apreciar alguma modificação no quadro formador dos profissionais em unidades da UBa. Para os 2.287 diplomas que a Faculdade de Direito concedera entre 1892 e 1961, a Escola Politécnica emitira 1.607 entre 1901 e 1959; no entanto, entre 1949 e 1959, a Politécnica graduou 624 engenheiros civis – o que equivale a 80% do total compreendido entre 1901 e 1948, um aumento relativo de grande importância na comparação de 48 anos com apenas 11, pois, além dos engenheiros civis, nesses 11 anos a EPUB graduou 18 engenheiros industriais químicos, 52 engenheiros eletricitas, 115 engenheiros industriais geógrafos, 10 doutores em Ciências Físicas e Matemáticas, sem acrescentar 91 certificados do curso de Petróleo (a recém-fundada Escola de Geologia, que em 1959 tinha 87 alunos, só graduou sua primeira turma em 1962).

As exigências do crescimento demográfico da Universidade, além do físico e qualitativo, logo se fizeram sentir em complexos problemas que ficaram bem demonstrados por insatisfações e

reivindicações levadas a efeito em movimentos estudantis, agitação que não seria de aparecer se a Universidade brasileira estivesse ajustada à dinâmica do país. Algumas dessas reivindicações foram de algum modo satisfeitas, como a criação da Casa da Universitária, em mansão adquirida na Avenida Araújo Pinho, e a intensificação dos serviços do Restaurante Universitário, que passou a servir, por volta de 1958, 800 a 900 comensais por refeição em lugar daqueles 550 anteriores. Era voz corrente quase que imediatamente.

75
*

Novas escolas técnicas

As escolas para o ensino artístico, os novos Institutos de Extensão Cultural e a implantação do *campus* não satisfaziam todas as necessidades aparecidas frente à Universidade no período 1956-1960, o qual, no país, representou uma mentalidade desenvolvimentista que, bem a propósito, exigiria novos esforços no ensino técnico. A cidade do Salvador, em si mesma, já com influências benéficas resultantes da criação da Petrobrás e um mais representativo parque industrial, tivera sua população elevada em 50% em um só decênio.

Há que ter implícito um aprimoramento normal, maior ou menor em cada caso, no ensino ministrado naquelas unidades oriundas da fundação da Universidade e com missão didática técnico-científica. Exemplificando, já ficou claro como o nível do ensino médico estava avançado frente ao técnico. Elas, as unidades fundadoras, pressionavam como havia de ser, no sentido de uma expansão diversa a que a Universidade tinha que admitir e oferecer condições para efetivá-la. Consequentemente, só a criação de novas Escolas voltadas para o estudo, o ensino e a pesquisa técnico-científica proporcionaria a harmonização da dicotomia (cultura e ciência) frente ao meio – que exige novo e diferente benefício quando atinge a condição de necessitá-lo (o que representa índice de desenvolvimento). Surge, assim, a Escola de Geologia, em 1957, a qual bem exemplifica como a prática reflete a teoria, pois a Escola de Geologia foi exigida pela presença e benefícios gerados quando a Bahia se tornou o centro petrolífero brasileiro. Diante da carência de geólogos no mercado de trabalho, desde a instituição da Petrobrás, em 1953, era forçoso trazer esses técnicos do estrangeiro, e aos bocados, pois eles eram quase inexistentes no Brasil. Forçada por essa necessidade de formar geólogos em nível universitário, a Escola de Geologia iniciou

seu funcionamento em 1958, em mais um prédio adaptado na Avenida Araújo Pinho, que pouco vem se aperfeiçoando.

Antes mesmo da criação da Escola de Geologia e na circunstância, ainda, de sua falta, havia a universidade instituído, em convênio com a Petrobrás, um curso de Geologia do Petróleo e outro de Perfuração e Produção de Petróleo, ambos os cursos de pós-graduação universitária para engenheiros-civis, o primeiro também para graduados no curso de História Natural da FFi. A Universidade, segundo o convênio, oferecia as instituições e expedía os diplomas.

Nessa época fora preenchida uma lacuna no aspecto do ensino sanitário já composto de quatro instituições: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Para dotar hospitais e locais similares (onde quer que fosse necessário) de pessoal especializado no balanceamento alimentar, fator preponderante na estabilidade (ou recuperação) da saúde, a Universidade criou a Escola de Nutricionistas, em 1956, com curso ministrado em quatro anos – o último para estágios –, permanecendo provisoriamente com sede no Hospital das Clínicas. Ainda que continuassem algumas aulas a serem ouvidas na Faculdade de Medicina, a Escola obtém autonomia em setembro de 1959.

Exatamente nesse setembro de 1959 – que serve de marco histórico às primeiras manifestações públicas dos estudantes em torno do problema da reforma estrutural da Universidade –, outra autonomia faz surgir nova faculdade, com a graduação do curso de Arquitetura, da Escola de Belas Artes, que já funcionava com características de escola-anexa desde 1950, quando a lei que federalizara a Universidade determinou que a Faculdade de Arquitetura fosse criada “oportunamente”. A profissão de arquiteto desde há muito passara a desempenhar tal significado na vida urbana que era impossível deixar de ver a oportunidade dessa autonomia didática e administrativa.

Autonomia também havia obtido, em outras características, a Escola de Biblioteconomia, em maio de 1958. O trabalho que desenvolvia há 16 anos permitiu-lhe, dia a dia, uma presença mais direta na vida universitária com seus cursos de bibliotecário-documentarista. Antes funcionara em dependências da Faculdade de Ciências Econômicas, agora passava a ocupar uma área do edifício da Reitoria. A essa altura já era pacífico que era grande a necessidade de bibliotecárias na própria Universidade: todas as unidades haviam

constituído suas bibliotecas e era fundamental que fossem seus livros permanentemente sistematizados. Outras bibliotecas em formação, por todo o estado, valorizavam, coincidentemente, a profissão. Aliás, a propósito, dá-se então um fenômeno curioso: a Faculdade de Filosofia tornara-se mais procurada por leitores e estudantes em sua Biblioteca do que a própria Biblioteca Pública do Estado, pela atualidade e conveniência de seus serviços.

Uma análise comparativa permitirá fazer sobressair a grande atividade que envolveu o ano de 1959 na Universidade da Bahia. Ademais dos aspectos citados e daqueles que ainda por anotar, outra unidade surgiu então, em meados do ano, mediante um convênio com o Ponto IV, dos Estados Unidos. Procura-se formar-se em pós-graduação de Administração Pública e de Empresas. A Escola tem como sede inicial um sobrado na Avenida Leovigildo Filgueiras, vindo obter melhores instalações quando da transferência da Faculdade de Direito para o Canela.

Intercâmbio – Esse exemplo de convênio, com o Ponto IV, para criação da Escola de Administração e daquele outro com a Petrobrás cada vez mais se tornou fato rotineiro na Universidade da Bahia de ser um mundo isolado no plano nacional e internacional, como atestavam os convênios para os Institutos de Extensão Cultural. Compreendendo a importância do caldeamento de culturas e do progresso de conhecimentos existentes em outros países, a Universidade procurou incentivar o intercâmbio de professores e alunos seus e de outros centros culturais. Ao demonstrar seu interesse em certames internacionais, compreendendo a eles e a outros no plano nacional, veio a ser escolhida como sede para o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, nela realizado em agosto de 1959 e afirmados importantes convênios com o Ponto IV, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Unesco, a Petrobrás e a Universidade de Nova Iorque. Em função desta última, universitários norte-americanos atenderam a aulas, por um ano, na Universidade da Bahia. Por outro lado, a Unesco manifestou o interesse pela sua cooperação, num programa de estudos em zonas áridas, e noutro, de intercâmbio entre Oriente e Ocidente. No mesmo sentido, pode-se obter a colaboração de fundações, como a Rockfeller e a Kellog, grande alcance no aperfeiçoamento de pesquisas médicas, além do aprimoramento de pessoal, também por intermédio do programa Fulbright e de convênios com vários governos: França, Espanha, Estados Unidos etc.

Centros de Estudos Afro-Orientais – Dentro desse espírito de intercâmbio, mas com características tanto próprias quanto inéditas em todo o Brasil, veio a Universidade a fundar o Centro de Estudos Afro-Orientais, idealizado pelo prof. Agostinho da Silva e diretamente subordinado à Reitoria. Sua finalidade foi de coordenar os serviços de informação cultural sobre os países da África (então emergentes do colonialismo) e do Oriente, abrangendo todos os setores de atividade, mas dando atenção preferencial àquelas em que o intercâmbio com o Brasil poderia tornar-se mais interessante e fecundo. Passou o Centro a promover cursos, publicações, exposições e manifestações outras no seu âmbito de interesse, procurando, por outro lado, despertar ou desenvolver igual interesse pela cultura brasileira naqueles países. Com tal, o Centro passou a se encarregar das tarefas de coordenar a colaboração da Universidade da Bahia no programa Ocidente-Oriente – em entendimento com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e outros organismos internacionais, mas, sobretudo em contato com o Ministério das Relações Exteriores. Seu caráter pioneiro interessou o Governo Federal, em 1961, a criar instituto idêntico, para assessorar o presidente da República. Nesse ano de 1961, o Centro permitiu, em programa que atraiu atenções nacionais, pois trazia à Bahia estudantes de vários países da África negra pela primeira vez no Brasil, transmitir a esses estudantes a cultura brasileira, ao tempo em que o próprio Centro enviava professores baianos para ensinar português e cultura brasileira no Senegal e na Nigéria. Em contrapartida, passou a ministrar cursos regulares de línguas como o iorubá, o árabe, o russo, o hindu, além da promoção de diversas manifestações culturais em acordos com embaixadas de países das Áfricas negra e árabe.

Um Museu de Arte Sacra

Prolongando o intercâmbio até o setor artístico, a Universidade volta-se para um aspecto que representa o melhor acervo da contribuição em alto-nível que nos restou do período colonial. Estava para se realizar o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que reuniria na Bahia estudiosos de mais de uma dezena de nações, alguns deles de nomeada mundial. E viu a Universidade, na arte sacra, o ponto de fusão em que a cultura europeia, via Portugal, unia-se

ao gênio brasileiro que, mesmo reduzido na época colonial a uma expressão quase que apenas intuitiva, revela-se desde então através da santaria.

Projetado o Museu, consegue o reitor Edgard Santos encontrar o local que melhor se adaptaria ao propósito, resultando disso um convênio (entre a Universidade e a Mitra Metropolitana do Salvador) que permite restaurar o antigo Convento de Santa Teresa dos Padres Carmelitas Descalços, clássica construção do arquiteto Bebeditino Frei Macário de São João, cuja primeira pedra foi lançada em 1666 (incidentemente, o conjunto é considerado pelos técnicos como o mais marcante exemplo da arquitetura colonial em Salvador, ao lado do edifício da Santa Casa de Misericórdia).

Em 10 de agosto de 1959, mal se iniciava o Colóquio Luso-Brasileiro, foi o Museu de Arte Sacra inaugurado em ato solene, permanecendo, a partir de então, como exposição permanente da arte sacra brasileira. A propósito, são finalidades do Museu: a) recolher, classificar, conservar, restaurar e expor objetos de valor artístico religioso, de preferência os de origem luso-brasileira; b) concorrer, por meio de pesquisa, estudos, cursos, conferências, comemorações, apresentações de peças religiosas e concertos de música sacra, para o conhecimento da arte religiosa e do culto tradicional do Brasil; c) manter uma biblioteca especializada sobre a história da arte sacra em geral e, particularmente, do Brasil; d) publicar uma Revista do Museu.

Partes das diversas coleções expostas no Museu de Arte Sacra são particulares, oferecidas por empréstimo; somente um pequeno conjunto foi adquirido pelo Museu, restando a maior parte como propriedade da Cúria Metropolitana, Mosteiro de São Bento e outros. Numa visita ao Museu, pode-se admirar a mais variada coleção de imagens religiosas, da qual a Bahia é a maior depositária no Brasil, em barro cozido, em madeira, marfim, chumbo ou prata, confeccionadas pelos maiores artistas da Bahia, alguns deles cujo reconhecimento crítico nasceu depois do adequado trabalho de apresentação pelo Museu: Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus, Manuel Inácio da Costa, Bento Sabino dos Reis etc. A pintura colonial está representada pela obra-prima de Frei Ricardo do Pilar, um famoso “senhor dos martírios” do século XVII. Outros exemplos pictóricos de excelente valor têm a custódia do Museu, além de três afrescos na igreja, o teto da sacristia e oito portas do claustro, cuja originalidade evidente os fazem atribuídos ao pintor francês Charles

Belleville, que durante decênios trabalhou no palácio Imperial de Pequim, mas passou seus últimos anos na Bahia, de 1708 a 1730.

Ademais, grande número de objetos de ouro e prata demonstram a habilidade dos mestres ourives e prateiros da Bahia, como um admirável altar de prata. Desde 1959, já visitado por milhares (em dezembro de 1963 registrava-se o 100.000° visitante), o Museu atraiu, sem que se exagere, atenções mundiais. Passando a ser considerado um dos mais completos da América, recebeu páginas de referência e divulgação nos mais destacados jornais e revistas ilustradas, especializados ou não em arte, no Brasil, França, Estados Unidos, Itália etc. Além disso, veio a ser obrigatório visitá-lo por quantos desejassem conhecer os melhores locais de uma estada na Bahia.

80
*

Alguns núcleos de pesquisa

Com a criação, ampliação ou melhoramento de tantas unidades, profissionais o não, atendeu a UBa. a aspectos díspares nas necessidades universitárias. Mas um, que lhe é iminente próprio, necessitava prolongamento e globalização universitária – a pesquisa. Onde se encontrava a presença das contribuições próprias ou de equipe, vantajosas para o conceito da Universidade? Algumas cadeiras, em várias faculdades, criaram Centros e Seminários, mais ou menos à semelhança daqueles que oriundos da Faculdade de Filosofia, e transformaram-se em Institutos de Extensão Cultural. Era necessário, tanto quanto possível, inverter os papéis: a Cátedra viver em torno do Instituto. Aparecem assim, como melhor fisionomia, alguns deles, outros ainda em observação do caminho a seguir.

O Instituto de Economia e Finanças, fundado em 1935, liga-se à Universidade, por convênio, para empreender extenso programa de estudos e pesquisas econômicas básicas sobre a Bahia, aos cuidados de economistas, cartógrafos e estatísticos especializados.

Por seu turno, o Instituto de Orientação Vocacional, inaugurado em 1958, passa a executar um trabalho de pesquisa, padronização e testes junto às escolas secundárias. Além das pesquisas, o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) procura principalmente orientar o jovem a fim de ajudá-lo, adotando os meios mais atualizados, a escolher a profissão aconselhável para as suas tendências naturais.

Desde 1956 havia sido instalado o Laboratório de Fonética, anexo à cadeira de Língua e Filologia Portuguesa, como elemento

centralizador dos trabalhos de investigação. Possuindo um arquivo sonoro com documentação de línguas estrangeiras e falares regionais, passou a seguir o preparo de um Atlas dos Falares Baianos. O programa do Laboratório incluiu, além do estudo em bases instrumentais dos problemas genéricos da fala, pesquisas dialetais e suas implicações tecnológicas.

Funcionando também na Faculdade de Filosofia, desde o início, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, idealizado pelo geógrafo francês Jean Tricart e dirigido pelo prof. Milton Santos, intenta dar continuidade à pesquisa de Geomorfologia e Geografia Humana que a Universidade vinha empreendendo. Dedicando-se à formação avançada de geógrafos profissionais e oferecendo a colaboração a diversas instituições na realização de planejamentos regionais, passou a publicar uma série de trabalhos inéditos ao conhecimento das condições geográficas, humanas e regionais da Bahia.

81
*

Institutos de Ciências Básicas

Todo o conjunto universitário existente em 1960 já é um mundo inteiramente diferente da Universidade de apenas um decênio atrás. Se era avultado o número de faculdades, escolas, institutos, centros etc., a reformulação das bases universitárias, assunto presente em todas as discussões sobre o planejamento da Universidade brasileira, como tema principal – ainda quando não o fosse no temário – crescia nas atenções baianas, como em todo o Brasil.

As mudanças que se ensejavam oferecer numa nova Lei de Diretrizes e Bases ilustravam essa inquietação, bem como os moldes tradicionais em que se criaria a Universidade de Brasília, plasmada estruturalmente em institutos básicos. Já existiam mesmo experiências práticas, como na Universidade de Brasília.

A Universidade da Bahia procurava criar, também experimentalmente, institutos de Ciências Básicas, ou pelo menos alguns, à espera dos resultados que ofereceriam, no caminho para as reformas universitárias. Assim como o instituto de pesquisa e ensino avançado a pós-graduados, surgem os institutos de Matemática e Física, de Geoquímica e Química em 1959 e 1960. Mais tarde, como veremos de fato, eles seriam tomados como embriões para a fundação dos institutos básicos.

1961, A inquietação reformadora

Os primeiros meses de 1961 foram agitadíssimos no ambiente universitário nacional pela premência em que se vivia o problema da Reforma da Universidade. Sucediã-se as reuniões de reitores, repetiam-se os congressos estudantis, todos já com o mesmo temário central. Em abril, na reivindicação de direitos, estoura uma greve estudantil de proporções na Universidade do Recife, culminando com atritos e mesmo choques com a força armada; as apreensões do país voltam-se para a Praça 13 de Maio – sede da famosa Faculdade de Direito do Recife –, cercada de tanques de guerra, e para a Universidade Rural do Recife, fechada. O então presidente da República Jânio Quadros sai desgastado do incidente. Em maio, novas inquietações: agora na Bahia, durante a realização do I Congresso Nacional de Reforma Universitária. Temeroso de novos desgastes e diante da escolha do reitor para a UBa., a qual permanecia tensa no mês seguinte, decide o presidente, da lista-tríplice que apresentava, pela ordem, os nomes dos professores Edgard Santos, Albérico Fraga e Mendonça Filho, não reconduzir o reitor Edgard Santos para novo triênio para não se arriscar a outra impopularidade. Haveria o sr. Jânio Quadros de deixar a chefia do país, abruptamente, dois meses depois. Mas, em junho de 1961, quando se preparava o eminente prof. Albérico Fraga – catedrático das faculdades de Direito e Arquitetura e um dos signatários da Constituição Brasileira de 1946 – para assumir o cargo de reitor, era geral a certeza de que se encerrava uma fase da Universidade da Bahia, não importa como fosse a próxima. A Universidade havia evoluído a partir de 1946, durante as cinco gestões consecutivas do reitor Edgard Santos, para a federalização, a expansão, a estabilização e finalmente chegara a um ponto de saturação estrutural que só reformas conseguiriam fazê-la crescer além de onde havia chegado. Era certo que o reitor Alberico Fraga asseguraria a continuidade plena da Universidade existente, mas seria difícil conseguir expandi-la sem reestruturação. No entanto, uma série de circunstâncias da vida universitária viriam atrasar o trabalho no período que se iniciava.

Nota

Em sua carta de despedida, enviada nos últimos dias de junho de 1961 ao reitor em exercício, prof. Orlando Gomes, revelou o reitor Edgard Santos que havia sido seu “o ideal de uma Universidade que restaurasse o antigo prestígio cultural e científico da Bahia”.

capítulo 8

Interesse por uma universidade nova (1961 – 1966)

Início de definição

Seguindo o costume, vem o prof. Albérico Fraga a assumir o cargo de reitor em 1 de julho de 1961 para uma gestão trienal. A Universidade brasileira está tensa diante do tipo de reforma e da profundidade que ela poderá ter; a Universidade da Bahia vive essa expectativa, aumentada, porém, pelas mudanças de chefia até a data desconhecidas em tal extensão. Por outro lado, o plano da Universidade de Brasília, ora em formação, apresenta-se como radicalmente diverso da instituição universitária tradicional no Brasil.

Em 15 de julho é realizada uma Reunião de Reitores de 14 universidades em Brasília, dela resultando uma alardeada Declaração de Princípios, na qual esses reitores conciliam, entre outros pontos, em definir: 1) o reconhecimento de que “o aumento de matrículas é imperativo de interesse nacional”; 2) “a instituição do Colégio Universitário é necessária”; 3) o Estatuto do Magistério e o instituto do tempo-integral são requeridos pela Universidade; 4) é “recomendável a concretização da Cidade Universitária” como elemento impulsionador da unificação universitária. O aspecto mais importante

da Declaração vem a ser a ênfase com que “reconhece e proclama a necessidade de atualizar a legislação básica das Universidades”, oferecendo, destarte, a admissão oficial da alta direção universitária de que, quando menos, o ensino superior brasileiro estava atrasado, sendo impropriedade e obsoleto.

Está visto que essa “Declaração de Princípios” não importava, concretamente, em soluções, mas representou o sinal-verde para que o estudo planejador e as medidas reformistas ganhassem ritmo acelerado em diversas universidades, saindo do debate formal das ideias ou da luta reivindicatória estudantil.

86
*

É nesse momento que o Departamento Cultural da Reitoria tem sua competência ampliada além da função de simples assessoria, e o reitor incumbe ao primeiro diretor do órgão, o prof. Thales de Azevedo, como maior tarefa inicial a de supervisionar os trabalhos da Comissão de Planejamento Universitário, formada paralelamente e composta de 10 professores e um estudante, todos familiarizados com o andamento dos diversos aspectos do problema. Dispõe-se a Comissão, nos meses seguintes, a estudar a reestruturação da Universidade da Bahia.

Convênios e interiorização

Os primeiros meses de atividade de sua gestão, o reitor Albérico Fraga dedica, de modo particular, à assinatura de uma série de convênios entre a Universidade da Bahia e instituições culturais e científicas, públicas e privadas (locais, nacionais ou estrangeiras), capazes de, num maior intercâmbio, trazer à pesquisa e ao ensino universitários contribuições que ainda não alcançara. Ou também levar a outras instituições o patrocínio da Universidade da Bahia para o desenvolvimento de pesquisas de vital interesse ou mesmo de seu ensino. São alguns desses convênios os efetivados com o Museu de Arte Moderna da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Nacional de Pesquisa, o Instituto Brasileiro de Investigação à Tuberculose, a Fundação Gonçalo Muniz etc.

Por outro lado, acordos similares intentam a penetração direta da UBA. no interior do Estado da Bahia, procurando o reitor Albérico Fraga alcançar instituições de nível superior existentes em algumas cidades baianas. Em 21 de setembro de 1961, em convênio com o Governo Estadual, a Universidade passa a administrar, manter e

desenvolver o ensino para a formação de engenheiros-agrônomos na Escola Agrônômica de Cruz das Almas, enquanto o Estado responsabiliza-se pelo pagamento do pessoal já existente (com bons resultados, esse acordo vigorou até o término de 1963). Além disso, visando a fixação dos estudantes em suas cidades e a melhoria de condições de funcionamento das faculdades de Direito, em Ilhéus, e Filosofia, em Itabuna, a Universidade começou a subvencioná-las parcialmente. O mesmo diapasão de levar a Universidade ao interior regeu a instalação e o funcionamento de departamentos dos Seminários de Música em Feira de Santana e Itabuna.

87
*

O documento de reestruturação

Em janeiro de 1962, após trabalhar vários meses sobre um documento de trabalho oferecido pela reitoria em setembro anterior, a Comissão de Planejamento torna público sua definição em um relatório que intitula Reestruturação da Universidade. Nele, depois das justificativas aclaratórias das causas que impunham levar avante essa reestruturação, é traçado o organograma funcional básico da Universidade nova, onde o colégio universitário e os institutos básicos passariam a ter papel proeminente, ademais visando a distribuição orgânica do *campus* da Universidade da Bahia, estabelecida em princípios quase definitivos a distribuição ocupacional dos dois centros – Canela e Federação – em que esse *campus* seria formado.

No centro do Canela estariam distribuídos a sede universitária (a Reitoria), o centro médico e faculdades afins (Medicina e anexos – Hospital das Clínicas, Clínica Tisiológica etc. –, Odontologia, Farmácia, Enfermagem e Nutricionismo), as escolas artísticas (Belas Artes, Teatro, Música e Dança), a Faculdade de Direito, a Escola de Biblioteconomia e a maior parte dos Institutos de Extensão Cultural (Instituto de Cultura Hispânica, Casa da França, Estudos Norte-Americanos, Orientação Vocacional e outros). Por fim, saturando as possibilidades do Centro, haveria um restaurante, núcleos habitacionais para estudantes e serviços administrativos.

Nesse instante, a maior parte do Centro do Canela já estava à vista num parque urbanizado e moderno, faltando apenas as instalações referidas por último e os prédios para os Seminários de Música e a Faculdade de Farmácia, ambos em construção. No centro da Federação, cujo planejamento urbano o situava na distância de uma caminhada

de 20 minutos (1.400 metros praticamente no mesmo nível), tudo estava por fazer, inclusive o bloco principal da Escola Politécnica.

Com a disponibilidade inesgotável para a instalação física da Universidade, o Centro da Federação deveria receber os cursos técnicos (Politécnica, Arquitetura, Geologia, Ciências Econômicas, Estatística), os núcleos educacionais básicos (institutos de Física, Química, Matemática, Biologia etc. e o Colégio de Aplicação) e os órgãos de complementação da atividade didática universitária: Aula Magna, Biblioteca Central, Museu, Imprensa Universitária, Rádio e TV. Aí se localizaria a vida comunitária extradidática por excelência, estudantes e funcionários, a cooperativa, um restaurante e a assistência social, médica e dentária, envolvendo, ainda, os serviços administrativos auxiliares de conservação, abastecimento, transporte e comunicações.

88
*

Novas instalações

A mudança da Faculdade de Direito para localização definitiva, no Parque Universitário, deu lugar a que a Escola de Administração viesse a ocupar sua antiga sede, na Praça Teixeira de Freitas, enquanto o Centro de Estudos Afro-Orientais se movia para as instalações que a Escola de Administração deixava, no Garcia, em agosto de 1961. Por seu turno, enquanto prosseguia o levantamento da grande estrutura em concreto do prédio para a Faculdade de Farmácia, vem a ser inaugurado (entre a Casa da França e a Faculdade de Odontologia) o prédio especialmente destinado aos Seminários Livres de Música; o que deixara na Avenida Araújo Pinho era adaptado para uso da Escola de Biblioteconomia.

Ocorrem nesse ano de 1962 a restauração do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia e a Reforma da Maternidade Climério de Oliveira, a serviço da Universidade como Clínica Ginecológica, reforma esta a maior ocorrida na instituição desde a sua fundação em 1910.

No centro da Federação entra em funcionamento, em agosto de 1962, uma segunda unidade – Arquitetura –, ainda que em instalações provisórias, construídas com seus próprios recursos. Pouco adiante da Escola Politécnica, são três pavilhões de madeira, para fins didáticos, vizinhos a uma antiga moradia adaptada para os serviços de direção, administração, biblioteca etc.

Institutos

Logo após a famosa Reunião de Reitores em Brasília, e também por influência das ideias constantes do plano da Universidade que se criava na nova capital da nação, os argumentos sobre o conceito de institutos abrangem grande parte do trabalho de reformulação universitária: institutos básicos, de pesquisa ou de extensão? Qual deles teria o conceito novo e verdadeiro do Instituto Universitário que deveria vigorar?

89
*

Como uma preparação para que, em futuro, passassem à categoria de Institutos Básicos, já vinham funcionando os Institutos de Física e Matemática, e o de Química. O movimento reformista permitiu que, no período fins de 1961 a meados de 1962, eles alcancem certo desenvolvimento, mas depois entram num compasso de espera diante de outros fatores que atravancam a Universidade. Ainda assim, com finalidades didáticas e de pesquisa, é criado o Instituto de Ciências Sociais, que, em março de 1963, passa a ministrar um curso de treinamento básico em Ciências Sociais sob direção do prof. Thales de Azevedo, que deixa o Departamento Cultural.

Mais tarde, em setembro de 1963, o antigo curso de Alemão ministrado pela UBa. é absorvido pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha (de extensão), que, mantendo-se fora da subordinação universitária, procura ligar-se a todas as atividades culturais da UBa. mediante convênio.

Números, mais uma vez

A recomendação para que se aumentasse o número de vagas nas universidades repercutiu na UBa., que, como foi mencionado, chegara a um ponto estacionário na sua capacidade que somente poderia expandir após a reforma. O ano de 1961 fora aquele em que a Universidade da Bahia completara 15 anos de atividade, com uma população de 4.845 alunos matriculados nas escolas, faculdades e institutos, em contraste com aqueles 1.541 existentes quando da fundação.

Comparando, porém, os três quinquênios e fazendo-se a exclusão das matrículas nas instituições de extensão cultural, não fora de monta o aumento estatístico relativo – num total de 34.449

estudantes matriculados nas escolas profissionais: 1) 1° quinquênio – 10.861; 2) 2° quinquênio – 11.589; 3) 3° quinquênio – 12.010

Menos de 600 estudantes representaram o aumento médio quinquenal. Um aspecto interessante, porém, encontra-se no aumento percentual da presença universitária feminina – de 18,7% no primeiro quinquênio para 30,1% no terceiro.

Essa formação profissional em que uma das principais Universidades brasileiras, em que se tornara a Universidade da Bahia, pouco representava para as necessidades brasileiras. No ano de 1961, por exemplo, só se graduaram 360 profissionais em 13 estabelecimentos da UBa., e deles 58% saíram de apenas quatro faculdades: Direito (66), Medicina (54), Odontologia (60) e Politécnica (39). Sem dúvida, persistia uma inconsequente formação de elite: menor número de médicos e engenheiros (tão solicitados pela conjuntura brasileira) ou mesmo de dentistas do que o de bacharéis jurídicos (apontados em excesso pelo mercado de trabalho).

Aumentado o número de vagas, a partir do vestibular de 1962, resultou, naquelas escolas, um potencial de 1.500 novos alunos por ano, ou 6 mil numa média mínima de quatro anos de curso. No entanto, o sistema de aferimento do vestibular e carências educacionais que os candidatos traziam do curso secundário, fenômeno este muito conhecido, fizera redundar em malogro a modificação nesse como em anos seguintes, pois dos 1.840 candidatos, só 650 foram, como expansão justa, os eleitos, o que permitiu, ainda assim, um aumento dos matriculados para 5.249 – um recorde. Porém, as faculdades de Direito, Medicina e Filosofia e a Escola Politécnica eram as únicas a lecionar a mais de 400 alunos.

Também em 1963, o número de candidatos manteve-se em torno de 1.800 e também a média de aprovação foi de um em cada três. As matrículas, incluindo os institutos de extensão, ultrapassaram pela primeira vez de 6.253; também pela primeira vez, a Faculdade de Direito deixou de ser a mais frequentada entre as quatro que agora passavam a marca de 500 estudantes: Medicina (630); Filosofia (622); Politécnica (539); Direito (518).

Reforma: a Lei de Diretrizes

Os anseios pela reforma universitária e a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, em 20 de dezembro de 1961, deram

lugar à introdução no Estatuto da Universidade de inovações constantes daquela Lei, adaptação aprovada pelo Governo Federal em fins do ano seguinte.

Edgard Santos (monumento) – Após a crise política que, em agosto/setembro de 1961, culminou com a renúncia do presidente Jânio Quadro e a instituição do regime parlamentarista, abolindo desde o fim do Império, a UBa. passou a viver, paralelamente à crise político-institucional que acompanhou a curta vida daquele regime, dias verdadeiramente estacionários, alguns sombrios.

O antigo reitor Edgard Santos foi indicado para representar a Bahia no Conselho Federal de Educação no Rio de Janeiro, e este o elegeu seu presidente em fevereiro de 1962. Nesse cargo, esperava o prof. Edgard Santos traçar novos planos para o ensino superior. É de crer que sua trajetória administrativa, cheia de êxitos, não estava predestinada a permitir-lhe demonstrar sua capacidade na órbita federal. Bruscamente, fora cortada uma possibilidade quando ocupava o Ministério da Educação em 1954; de modo mais duro, o fado repetiu-se em 1962, quando, em consequência de uma intervenção cirúrgica, veio prof. Edgard Santos a falecer no Rio de Janeiro, em 3 de junho, sendo transportado o seu corpo para a Bahia, onde lhe foram prestadas as homenagens fúnebres do Governo e da Universidade que, até o ano anterior, havia dirigido.

O Conselho Universitário da UBa., pela iniciativa do reitor Albérico Fraga, planeja então dedicar-lhe um monumento nos jardins da Reitoria. Enquanto era aprontado, em novembro seguinte o Congresso Federal aprova uma lei mandando que o Hospital das Clínicas da UBa. passasse a ser denominado Hospital das Clínicas Professor Edgard Santos. Finalmente, na abertura dos cursos de 1964 (2 de março), o monumento, obra do escultor Márcio Cravo, era inaugurado nos Jardins da ala direita do Palácio da Reitoria.

Verbas e crises políticas

Nenhuma das cinco administrações de Edgard Santos abrangeu tantas crises políticas no país como aquela do reitorado Albérico Fraga. E as consequências no orçamento da Universidade, quase totalmente oriundo do Governo Federal, foram catastróficas. O país submergiu em uma conjuntura de crise durante o regime parlamentarista, especialmente nos setores financeiro e econômico, daí

advinda a aceleração do ritmo inflacionário, com reflexos fortíssimos também nos gastos da Universidade da Bahia – agravados mais ainda pela impossibilidade do Governo Federal de liberar verbas consignadas para a Universidade da Bahia no orçamento da União. No ano de 1962, de uma dotação orçamentária de 1,1 bilhão de cruzeiros, mal chegou a receber 500 milhões; em 1963, ocorrência igual: a UBa. somente recebeu 50% da dotação orçamentária.

Terminando o período parlamentarista, em janeiro de 1963, seguiram-se outras crises, delas sobrevivendo a queda do governo do presidente João Goulart em março de 1964, sendo então eleito pelo Congresso o presidente Humberto Castelo Branco. Um período de tal ebulição (e carência de verbas capazes para levar a efeito qualquer plano imediato) foi sintetizado pelo reitor Albérico Fraga ao deixar a chefia universitária: “O triênio de nossa Administração na Reitoria foi marcado por dificuldades financeiras quase invencíveis”.

92
*

Um reitor de transição

Mais uma vez, a sétima, a Universidade inicia uma Administração. O presidente da República, da lista tríplice enviada pelo Conselho Universitário, nomeia o prof. Miguel Calmon, da Escola Politécnica, ex-ministro da Fazenda e de reconhecida experiência econômico-administrativa, para reitor da Universidade da Bahia. De acordo com a praxe, assume como principais tarefas de sua gestão: 1) inicialmente, restaurar financeiramente a Universidade; 2) efetivar tanto quanto possível a reforma didática e administrativa.

Seguindo o espírito das ideias que se espalhavam há anos, como foi visto, como reivindicações ou tendo como fundamento a Lei de Diretrizes e Bases, várias escolas haviam começado a modificar seus regimentos para introduzir princípios didáticos inovadores, experimentais ou não, todos no interesse de superar uma estrutura já fragmentada e prejudicial. As escolas de Geologia e Administração vinham funcionando há alguns anos num regime flexível de ensino e verificação do aproveitamento didático. A partir de 1964, várias outras interessaram-se em dar maior fôlego a essas transformações, desde a Escola Politécnica até os Seminários de Música, optando pelo regime de semestres independentes e de graduação por “créditos”, ou seja, com um currículo de quase complexa flexibilidade,

em que cada aluno o seguia para lograr aprovação, sem sujeitar-se à rigidez anual do currículo antigo.

O Departamento Cultural volta a deter maiores poderes em 1965, quando o reitor Miguel Calmon se dedica aos dois pontos básicos por ele traçados, e é esse Departamento incumbido de assessorar várias comissões que são formadas para a modificação de diversos setores e servir de elo entre elas e o reitor. Todas essas comissões, sobre o magistério, os institutos básicos, o colégio universitário, o aperfeiçoamento do pessoal docente etc., são solicitadas a fornecer o resultado de seus estudos à Comissão de Planejamento, incumbida do equacionamento global das reformas didáticas e administrativas da Universidade.

Ainda nesse ano de formulação teórica, os institutos vêm a ganhar ampliação em suas pesquisas e finalidades para que, feito o planejamento e em estágio imediato, sejam os embriões dos institutos básicos. Por outro lado, realiza-se uma reforma parcial do sistema de assistência estudantil, substituindo o Departamento de Assistência Universitária por um Departamento de Vida Universitária mais amplo. Em lugar de pequenas ajudas financeiras, o estudante é financiado pela Universidade durante seus estudos, com um compromisso de resgatar, em longo prazo, aquela verba de que lhe dispôs para manter-se a fim de alcançar a graduação.

Recriara uma Comissão de Publicações, são estabelecidas normas para que, a partir de 1966, volte a publicar livros originais ou traduzidos, vez que as edições da Universidade foram interrompidas em 1962. Essa nova fase terá um marco inicial precisamente com a edição do Catálogo da Universidade da Bahia, realizado pela primeira vez.

Uma definição esperada

Em seus relatórios apresentados na oportunidade de abertura dos cursos de 1966, o reitor Miguel Calmon anunciou ter chegado a uma tranquilizadora restauração financeira da Universidade, mesmo que a dependência das verbas do Governo Federal, em mais de 90%, situe em tempo condicional a execução de muitas das tarefas rotineiras da Universidade e todo o planejamento da reforma, da expansão e da construção física.

Mas definiu então os primeiros sinais de uma iminente tomada da reforma universitária em termos mais profundos. Estavam

prontos os planos do Colégio Universitário e dos institutos básicos; o ano do vigésimo aniversário da Universidade seria dedicado a colocar esses planos em execução para que funcionassem em 1967. Teriam não apenas o intuito da modificação didática, mas também o de levar avante a interligação harmoniosa da Universidade para que seja evitada a duplicação de cursos idênticos, a separação estanque (tradicional) das unidades universitárias. Com tudo isso, finalmente a Universidade talvez possa ser um corpo interdependente e não um conglomerado, mesmo quando reunido paisagisticamente nos centros universitários do Canela e da Federação – *campus* de uma Universidade nova, distante de 1946 nos métodos, mas fiel às finalidades em que a própria Universidade queria fundir nos dias de então, o passado e o futuro da Bahia.

bibliografia

Obras de referência básica

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melhoramento, 1958. t. 2.

MOREIRA, J. R. A educação no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Delta-Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1960. v. 5

SILVA, A. *Raízes históricas das universidades da Bahia*. Salvador: Universidade da Bahia, 1956.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. Quatro Séculos de História da Bahia. *Revista Fiscal da Bahia*, Salvador, 1949.

Monografias

ADEODATO FILHO, J. *O ensino de clínica obstétrica na Bahia*. Salvador, Universidade da Bahia, 1967.

ALENCAR, H. de. *Universidade e região e alienação cultural*. Salvador: Universidade da Bahia, 1961.

ALVES, I. Objetivos do segundo decênio. *Arquivos da Universidade da Bahia*. Cidade do Salvador, v. 2, 1953.

ESPÍRITO SANTO, A. J. do. Subsídio para a história da Faculdade de Ciências Econômicas. *Arquivos da Universidade da Bahia*. Cidade do Salvador, v. 2, 1955.

MENDONÇA FILHO, M. I. de. À margem de uma introdução. *Arquivos da Universidade da Bahia*. Cidade do Salvador, v. 2, 1954-55.

SANTOS, R. O professor Pacífico Pereira. *Boletim Informativo da Universidade da Bahia*, jan./fev. 1965.

TRAQUÍNIO, M. *Roteiro do Conjunto Politécnico*. Salvador: Universidade da Bahia/Escola Politécnica, 1960.

TORRES, O. Resumo histórico da Escola de Belas Artes. *Arquivos da Universidade da Bahia*, Salvador, v. 1, 1953.

VALLADARES, J. *Azulejos da Reitoria*. Salvador: Universidade da Bahia, 1953.

Guias universitários

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Escola de Teatro*. Salvador, 1958.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Guia da Escola Politécnica*. Salvador, 1957.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Guia do Estudante de Farmácia*. Salvador, 1955.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Guia da Faculdade de Direito*. Salvador, 1955.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Instituto de Cultura Hispânica*. Salvador, 1961.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Universidade da Bahia*. Salvador, 1959.

Boletins universitários

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Boletim Informativo da Universidade da Bahia*, n. 49/110. nov. 1960/ dez. 1965. Parte Administrativa.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. *Boletim Informativo da Universidade da Bahia*, jul./dez. 1964. Parte Cultural.

Textos legais destacáveis


BAHIA. *Decreto-lei n° 9.155, de 8 de abril de 1946*. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências.

BRASIL. *Lei n° 1.254, de 4 de dezembro de 1950*. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

Estatutos de Universidade da Bahia – a) 27 de fevereiro de 1947; b) 27 de dezembro de 1962.

Este livro foi produzido em formato 160 x 230 mm e utiliza as tipografias DStype Musee e Mirador, com miolo impresso na Edufba, em papel Alta Alvura 75g/m² e capa em Cartão Supremo 300g/m², impressa na Cartograf.

Tiragem: 400 exemplares.



A Coleção UFBA 70 anos tem
como propósito resgatar o
pensamento de estudiosos da
Instituição, através da reedição de
obras que marcaram a trajetória
da Universidade Federal da Bahia.

ISBN 978-85-232-1448-7



9 788523 214487